



UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

MESTRADO PSICOLOGIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

SILVIA HELENA BRANDT

**AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS PARA O MORADOR
DE RUA: O CASO CURITIBA**

CURITIBA

2012

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

MESTRADO PSICOLOGIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

SILVIA HELENA BRANDT

**AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS PARA O MORADOR
DE RUA: O CASO CURITIBA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito necessário para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social Comunitária

Orientador (a): Prof. Dra. Marilene Zazula Beatriz

CURITIBA

2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS PARA O MORADOR DE RUA: O CASO CURITIBA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca “Sydney Antonio Rangel Santos”
Universidade Tuiuti do Paraná

B817 Brandt, Silvia Helena.

Avaliação dos serviços sócio assistenciais para o morador de rua: o caso Curitiba/ Silvia Helena Brandt; orientadora Prof^a Dr^a Marilene Zazula Beatriz.
109f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

1. População em situação de rua. 2. Política de assistência social. 3. Psicologia social comunitária. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós - Graduação em Psicologia/Mestrado em Psicologia. II. Título.

CDD – 301.1

Nome: Silvia Helena Brandt

Título: Avaliação dos Serviços Sócio Assistenciais para o morador de rua: O caso
Curitiba

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Tuiuti do Paraná para obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Aprovado (a) em: 20/12/2012

Banca examinadora

Professora Doutora **Roberta Kafrouni**

Instituição: Universidade Tuiuti do Paraná

Assinatura _____

Professora Doutora **Yara Lúcia Mazziotti Bulgacov**

Instituição: UNICEMP

Assinatura _____

Professora orientadora Doutora Marilene Zazula Beatriz

Instituição: Universidade Tuiuti do Paraná

Assinatura: _____

**AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS PARA O MORADOR
DE RUA: O CASO CURITIBA**

Silvia Helena Brandt & Marilene Zazula Beatriz

AGRADECIMENTOS

A autora agradece as seguintes pessoas e instituições que tornaram este trabalho uma realidade:

Em primeiro lugar a Deus, que a cada dia me presenteia com o brilho do sol, provando-me que a escuridão passa e novos horizontes podem ser descobertos! Sem a presença Dele em meu coração não teria tido anos de tantas vitórias!!! Obrigada Senhor pela força vital que compartilha comigo!

Ao meu pai amado, por me dar de presente a vida, a vontade e a capacidade de ultrapassar os limites. Por tornar-me a pessoa que sou, por fazer-me forte. Obrigada por ser meu pai nesta vida e ajudar a tornar cada sonho em realidade.

À minha MÃE! Mãe com todas as letras em maiúsculo, pois é a personificação do cuidado, incentivo e verdadeiro e puro amor! Obrigada por ter vindo cuidar de mim!

Ao meu marido Clóvis, que me ensina a cada dia a ser uma pessoa melhor!

Ao meu filho Matheus, por me presentear todos os dias com sua alegria e seu carinho genuíno.

À minha cunhada Louriete Santos, que foi mais que irmã, estando próxima em todos os momentos mais difíceis, e foram muitos, durante estes dois anos!!! Obrigada pelo apoio técnico e por cuidar da minha família quando não pude estar presente.

Aos meus irmãos Flávia, Henrique e Bruna pela torcida.

Aos meus sobrinhos, Joyce, José Henrique e Izabella!!!

À Prof. Marilene Zazula Beatriz, pela simplicidade e generosidade com que compartilhou todo o enorme conhecimento que possui. Por ser a pessoa que, mais do que professora, foi meu pilar, mantendo-me em pé quando tudo parecia não dar certo!

Aos moradores de rua que se disponibilizaram e acreditaram nesta pesquisa como um espaço de escuta. Com eles aprendo dia após dia a despir-me de preconceitos e entender como uma vida tão simples pode ser boa!!

A toda equipe da FAS, que não só acreditou na pesquisa, como apoiou e abriu espaços à sua realização.

Ao meu amigo Fábio Rafael Bornancin, que me auxiliou na realização desta pesquisa, além de incentivar-me em cada etapa.

À Maria de Fátima Nadolny, pelo incentivo, apoio, ouvido amigo! Obrigada.

Aos colegas e amigos Maria Aparecida Guerreiro: a Preta, Maurício Ife e Sheyla Oliveira, pela compreensão da minha ausência nos momentos de descontração.

A Paulo Masceno, Regina, Dulcélia e Débora, pelo apoio e compreensão.

À minha amiga Maria Marta Vicente, pela força.

Aos Professores do Curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) que acompanharam o meu trabalho.

À Luci que, do seu jeito, sempre me apoiou administrativamente nas horas em que mais precisei.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Tuiuti do Paraná.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	xi
RESUMO.....	12
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 01: O CAPITALISMO, O EXCLUÍDO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	21
1.1 INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO NO PROCESSO DE EXCLUSÃO.....	22
1.2 CRISE DO CAPITALISMO (1973), SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO E CRIAÇÃO DA NOÇÃO DE POLÍTICA SOCIAL NO MUNDO.....	25
1.3 EXCLUSÃO E NOÇÕES DE POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL.....	29
1.4 A LOAS E A PNAS.....	35
CAPÍTULO 02: POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	37
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	37
2.2 INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	42
CAPÍTULO 03: A PSICOLOGIA E A POLÍTICA PÚBLICA.....	48
CAPÍTULO 04: METODOLOGIA.....	56
4.1 AMBIENTE DA PESQUISA.....	56
4.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS.....	58
4.3 SUJEITOS.....	60
4.4 LIMITES DA PESQUISA.....	61
CAPÍTULO 05: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	62
5.1 DESCRIÇÃO DOS MORADORES DE RUA ENTREVISTADOS.....	62
5.2: IDENTIDADE DO MORADOR DE RUA.....	67

5.3: SIGNIFICADO DO TRABALHO.....	73
5.4: CONTRADIÇÃO ENTRE SIGNIFICADO E AÇÃO.....	77
5.5: CLIENTELISMO.....	83
CAPÍTULO 06: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIO ASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXOS.....	104
Anexo 1 – Consentimento Informado, Livre e Esclarecido.....	105
Anexo 2 – Roteiro de Entrevista Semi-estruturado	106
Anexo 3 – Discurso do representante do MNPR na inauguração do Centro POP Portão.....	108

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício da prestação continuada

CAR – Casa da Acolhida e do Regresso

CCJDB – Centro de Convivência João Dorvalino Borba

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CREAS POP – Centro de Referência Especializado da Assistência Social para População em Situação de Rua.

CREES – Conselho Regional de Assistência Social

CRS – Central de Resgate Social

EJA – Educação para jovens e adultos

FAS – Fundação de Ação Social

FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

MNPR – Movimento Nacional para a População em Situação de Rua

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica/ Sistema Único da Assistência Social

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

PRONATEC – Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SPA – Substância Psicoativas

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura

Brandt, S. H.(2012). Avaliação dos Serviços Sócio Assistenciais para o Morador de Rua: O caso

Curitiba/Pr. Dissertação de mestrado. Universidade Tuiuti do Paraná.

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo avaliar os programas de inserção social da Política de Assistência Social, executados pelo município de Curitiba à população em situação de rua, e como objetivos específicos se propôs a: levantar os programas existentes na política municipal de Curitiba, compreender o significado do trabalho para o morador de rua, e, ainda, verificar se na concepção do morador de rua há relação entre os programas sociais oferecidos pela política pública de assistência social e a reinserção social. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas, em documentos de domínio público, observações de campo, bem como foram entrevistados 09 sujeitos, de ambos os sexos entre 18 e 65 anos, que fazem da rua sua moradia. As entrevistas, que tiveram roteiro semi estruturado, ocorreram nos equipamentos da FAS. Como metodologia usou a análise do discurso, com base no referencial teórico da psicologia social comunitária (Monteiro, 2003; Vidal, 2007; Sandoval, 2000 Cruz e Guareschi, 2010) e da sócia histórica (Vigotski, 1993, 1994; Góis, 2008; Gonzáles Rey, 2002, 2003, 2004 e 2005 e Aguiar e Ozella, 2006). Analisaram-se as categorias: identidade do morador de rua, significado de trabalho, contradição entre sentido e ação e clientelismo. O estudo permitiu concluir que, sob a ótica do morador de rua, os programas são eficientes e acolhedores, garantindo os direitos preconizados na Constituição Federal de 1988: segurança de acolhimento, segurança alimentar e relacionamento social, bem como o direito de exercer a cidadania, no que tange encaminhamento para confecção de documentos, porém não apresentam eficácia na reinserção social por meio do trabalho. Entendeu-se que tanto os profissionais que atuam com a população em situação de rua, quanto às políticas públicas destinadas a ela,

precisam olhar cada sujeito de forma singular, escutar sua subjetividade resgatando-lhes valores individuais, propiciando o desenvolvimento de forças e capacidades para vencer a naturalização e alienação em estigmatizações absorvidas a partir do discurso social, ultrapassando a posição clientelista [dos serviços sócios assistenciais], mantendo-se e relacionando-se com autonomia.

Palavras Chaves: População em Situação de Rua; Política de Assistência Social; Psicologia Social Comunitária.

Abstrat

The following research has the objective of evaluating the Social Assistance Policy's social inclusion programs executed by the city of Curitiba to it's homeless population. This research utilized a fundamentally qualitative methodological approach. The Data was obtained together with primary and secondary sources. In relation to the primary sources, 9 semi-structured interviews took place with 9 random homeless persons in the city of Curitiba – Paraná, from both genders and ages between 18 and 65 years old. The secondary data was gathered though consulting public domain documentation (from the city's inclusive programs) and unsystematic observation on the search field. In relation to the data's synthesizing process, descriptive and qualitative procedures took place. The adopted theoretical reference was based on authors of the Community Social Psychology (Monteiro, 2003; Vidal, 2007; Sandoval, 2000) and of the historical sociology (Vigotski, 1193, 1994; Góis, 2008; Gonzáles Rey, 2002, 2003, 2004 and 2005 and Aguiar and Ozella, 2006). The study allowed us to conclude that, under the eyes of a homeless person, the programs are efficient on the matter of granting the rights of welfare recognized on the 1988's Federal Constitution. In other words: The safety and caressing of welcoming and

social relationships, as well as one's right to exercise citizenship (Sent to the confection of documents), even though not showing efficiency on social reintegration through work. Therefore, we can also conclude that the professionals that work with the homeless people, as well as politics destined to them have to look at each subject as an individual, developing strength and capability to conquer the rooting on the alienation from society, born from social stigmas themselves, and leaving the social assistance's client situation surviving, relating and caring for themselves.

keywords: Homeless Population; Social Assistance Policy; Community Social Psychology.

INTRODUÇÃO

Foi nos últimos 05 anos de trabalho junto as Políticas Públicas de Assistência Social que me deparei com a população em situação de rua e uma aparente imobilidade deste grupo, ou seja, da dificuldade de reinserir-se na vida social de forma autônoma, ou seja, por meio de uma atividade laboral que lhe permitisse ser responsável financeiro pela sua subsistência.

A partir dessa observação iniciou-se uma inquietude profissional, ao perceber que o aparato técnico, cujo modelo clínico foi mais fortemente trabalhado na minha graduação, não era suficiente para lidar com as questões trazidas pela população em situação de rua.

Aos poucos, passei a buscar um olhar mais profundo da subjetividade desse sujeito que, de acordo com Critelli (2002) não se contenta apenas com a aprovação de outra pessoa à sua vida, mas é necessário que esta [vida] faça sentido para si mesmo. Acreditava que quando o sujeito cai na rua, rompendo vínculos com família, trabalho e sociedade, ele estava se perdendo de si mesmo, e quando sentia a necessidade de encontrar-se buscava, muitas vezes, o auxílio do serviço social.

Nesse sentido, começaram a borbulhar questões como, qual o sentido da rua para esses sujeitos? A situação de rua apresenta sofrimento? Ou o sofrer é algo que nós, ditos inseridos na sociedade, projetamos nesses sujeitos? Estes sujeitos possuem contato com seus familiares fora da rua? Voltar pra casa é um desejo? O que pensam acerca da reinserção social?

No decorrer de minhas atividades laborais, em rodas de conversa com os moradores de rua, surgiram inúmeros relatos de uso drogas, de conflitos familiares, um histórico de vínculos emocionais e conquistas econômico-financeiras realizadas por meio de uma profissão, bem como de perdas em todos os campos de suas vidas. Estes discursos geraram outras questões: se possuem profissão, se trabalham mesmo estando na rua, por que se

mantém nessa situação? Estará o sistema estatal trabalhando em consonância com os valores destas pessoas em situação de rua, tornando assim o objetivo da superação da vulnerabilidade plausível, ou trabalhará o sistema na contramão do discurso das políticas públicas que preconizam autonomia do sujeito?

Em meio a tantas dúvidas, percebi que é necessário conhecer o meio ao qual o sujeito está inserido, os costumes e as crenças em comum desse grupo de pessoas que vivem em situação de rua. Assim como entendi a necessidade de ouvir e possibilitar, que no meio da coletividade, cada sujeito possa construir o seu próprio referencial, a partir da sua história de vida e das suas crenças nucleares, propiciando assim, um reencontro do sujeito com ele mesmo. Para isso, podemos usar o que nos é comum para o ser humano: a consciência do existir, do desejar e de que se pode morrer. Entre o emaranhado de possibilidades que a vida oferece é preciso: escolher e buscar, tornar-se o humano que se deseja.

Dentro desta perspectiva, entendo que a existência é algo que se constitui na relação com o outro, que se pode reler, reorganizar e escolher novamente. Ou seja, cada morador de rua apresenta uma trajetória única de conquistas, mas também de perdas e desvinculações, conflitos, sofrimentos e escolhas que o levam para a vida nas ruas. Sair dessa condição exigirá sempre uma reorganização de sua trajetória de vida, de inserção no mundo social e do trabalho, e de escolhas. Escolha essa que se dá pela emoção de querer modificar sua situação atual, pois segundo González Rey (2003, p. 245) “... A emoção é o que define a disponibilidade dos recursos subjetivos do sujeito para atuar”. Aguiar e Ozella (2006), explicam essa afirmação quando expõem que as emoções não podem ser consideradas passivas, uma vez que acionam a subjetividade do sujeito, criando motivações, necessidades e interesses que colocam o corpo em movimento para realização da satisfação destes.

Sendo assim, é possível que esse homem que modifica e é modificado pelo social, crie novos sentidos para sua vida a partir de sua ação na sociedade. Por isso, entende-se que, sair das ruas envolve necessariamente, escolhas realizadas em meio a um turbilhão de dilemas e forças que, muitas vezes, operam no sentido de manter essa pessoa na mesma condição.

Muito vem sendo estudado acerca da população em situação de rua e dos excluídos: seu perfil, suas tipificações, entre outras. (Tiriba, 1997; Bendassoli, 2000; Jardim, 2003; Almeida, 2011; Walty, 2003; Paludo e Koller, 2008; Campos, Del Prette e Del Prette, 2000; Varanda e Adorno, 2004), mais ainda sobre a história e crise do trabalho (Castel, 2003; Catão e Trindade, 1998; Sposati, 2002; Azambuja, 2004; Wellen, 2008; Raichelis, 2006). No entanto, Azambuja (2009) informa que a maioria das pesquisas foi desenvolvida, desde a década de 1980 até agora, estudando diferenças de valores de trabalho entre as pessoas, analisando categorias como: gênero, *status* econômico da família, raça, nível educacional, comunidade de origem (rural ou urbana) e religião. Poucos são os estudos, como o de Mendonça (2006), que buscam entender a subjetividade do sujeito, percebendo a necessidade de conhecer essa população, não somente a nível quantitativo, mas escutando a sua singularidade. Menor ainda é o número de pesquisas com foco na efetividade das políticas de assistência social destinada à população de rua. Temos então, a maioria dos estudos propondo examinar as causas da exclusão.

De forma geral, estes, apontam como fator de exclusão: o afastamento do mercado de trabalho por um longo período, a baixa escolaridade, a origem de famílias pobres, a perda de laços com familiares, entre outros.

Para Cruz (2001) o aumento desta população excluída, que faz do espaço público o seu espaço privado, denotando a precarização da vida, são decorrentes do crescimento da população urbana, que acarreta sérios problemas de infra-estrutura e provisão de serviços.

Esse crescimento acontece após a Revolução Industrial, quando na Inglaterra, o governo expropria as terras cedidas aos camponeses, como meio de criar-se mão de obra às indústrias que surgiam. Os ex-camponeses, sem meio de subsistência migram para os centros urbanos, dando origem à mão de obra barata, uma vez que tais indústrias visavam o lucro.

Sabemos que a história dos excluídos é ainda anterior à Revolução Industrial, e que a partir desta última, surge o capitalismo que torna a exclusão do sujeito sem emprego ainda mais visível. Porém, para tal pesquisa faremos um recorte na história, buscando compreender os aspectos mais relevantes da história recente.

A década de 1990 nos apresenta um mercado do consumo inserido num mundo globalizado e onde vigora o sistema capitalista, o qual visa à lucratividade. O foco no aumento dos lucros propicia a revolução tecnológica e a competitividade. Essa por sua vez, gera a necessidade de profissionais cada vez mais especializados. Porém, a educação não acompanhou os passos largos da globalização, o que culminou em profissionais não aptos para o mercado de trabalho, jogando-os assim, para a exclusão.

Já em 1988, surge na Constituição Federal a tentativa de implantação de um Estado de Bem Estar Social, onde o tripé da seguridade (saúde, educação e previdência social), passa a ser direito de todos. Nos anos subsequentes, criam-se políticas compensatórias para amenizar os aspectos mais evidentes da exclusão. Corroboro com Sachs (2003), quando expõe que estas políticas compensatórias, as quais incluem a promoção aos serviços sociais de base (acesso à educação, à saúde, ao saneamento e a moradia), apesar de indispensáveis, não deve encerrar-se como um fim em si mesmo. Isto porque não motiva o sujeito a exercer sua autonomia, tornando-se, por vezes, um “recebedor” de benefícios. Para o autor citado, a inclusão em atividades laborais geradoras de renda é ainda a melhor solução, no que tange a autonomia do sujeito. A ideia é de que a inserção no sistema

produtivo proporciona não só independência financeira, como também ganhos em termos psicológicos, uma vez que o direito ao exercício da atividade laboral promove a autoestima, oferece oportunidades para a autorrealização e o avanço na escala social.

Porém, o que se observa no atual mercado de trabalho é uma sociedade em que o emprego gera estresse, falta de horas para descanso, exploração do trabalhador (dependendo do emprego, até a precarização do trabalho/ambiente), cobrança por produtividade, alcance de resultados, competitividade, entre outros. Será que é essa inclusão produtiva que se deseja? Será que os moradores de rua, com toda a sua história de vida, conseguem se adaptar a esse cenário? É um sistema que promove o acolhimento, a escuta, a paciência para desenvolver as habilidades, promove a saúde mental?

Nesse contexto, percebe-se a importância da inclusão da psicologia para atuar nas Políticas de Assistência Social, o que vem acontecendo de maneira formal desde a implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em 2005, já a psicologia social comunitária é um campo teórico e prático dedicado à prevenção dos problemas psicossociais e ao desenvolvimento humano integral por meio da participação dos sujeitos, assumidos como sujeitos de direitos. As características da psicologia social comunitária são: a ação psicossocial compartilhada pelas pessoas, o comportamento humano compreendido em relação aos contextos sociais, a transformação social participativa e o desenvolvimento humano.

Neste viés, a presente pesquisa tem como objetivo geral: avaliar os programas de inserção social da Política de Assistência Social, executados pelo município de Curitiba à população em situação de rua; e como objetivos específicos se propuseram a: levantar os programas existentes na política municipal de Curitiba, compreender o significado do trabalho para o morador de rua, bem como verificar se na concepção do morador de rua há

relação entre os programas sociais oferecidos pela política pública de assistência social e a reinserção social.

A fim de responder os objetivos da pesquisa trabalhar-se-á dentro da visão sócio histórica, ou seja, entendendo que todos os processos são construídos na relação entre sujeito e meio, e que a história é repassada através do tempo pela linguagem, que a mantém viva e cria cultura.

Os primeiros capítulos desta dissertação pretendem gerar a compreensão de quem são e em que cenário vive a população em situação de rua, bem como entender como foram criadas as políticas sociais para esta população.

Em capítulos: **01- O Capitalismo, o excluído e a Política de Assistência Social:** foi feito um resgate histórico da exclusão e sua relação com o sistema Capitalista Neoliberal; **02- Política Nacional para a População em Situação de Rua:** trabalhou-se o conceito de população em situação de rua como se apresenta na fundamentação teórica e sob o viés político e conta a história da criação dessa política no Brasil; **03- A Psicologia e Política Pública:** buscou-se compreender o papel dessa área de conhecimento junto às políticas públicas, apresentando a visão sócio-histórica que embasa o presente estudo; **04- Metodologia:** conta como a pesquisa aconteceu e como foi realizada a análise de dados; **05- Construção do Conhecimento:** trabalha a análise do discurso por meio da metodologia qualitativa, com base na visão da teoria sócio-histórica e, com base na fundamentação teórica aqui apresentada; **06- Avaliação dos serviços sócio-assistenciais do município de Curitiba:** pretende responder a problemática central desta pesquisa: Os serviços sócios assistenciais oferecidos pelo município de Curitiba auxiliam a população em situação de rua a reinserir-se no contexto social, ou ajuda na manutenção de tal situação?

CAPÍTULO 01: O CAPITALISMO, O EXCLUÍDO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Por entender que as políticas públicas afetam a todas as pessoas, indiferentemente de escolaridade, sexo, religião ou classe social, é que o presente estudo teve como objetivo avaliá-las, no âmbito social, no que tange a reinserção social do morador de rua.

Hofling (2001) define políticas públicas como sendo o Estado implantando um projeto de governo, através de programas e ações específicas voltadas para setores da sociedade. A autora explica que Estado e Governo tem conceituações diferentes e complementares:

(...) Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outros que não formam bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como sendo o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo...

Para Teixeira (2002), esses projetos de governo são diretrizes ou princípios norteadores que se apresentam em forma de documentos sistematizados contendo as “regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado, que visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis” (p. 02). Hofling (2001) e Teixeira (2002) acreditam que as políticas públicas, então, são engendradas a partir das necessidades da população, porém que são interpretadas pelos gestores que ocupam o poder, e que concedem a cada proposta de política pública, tempo e grau de prioridade de acordo com o resultado do conflito entre seus próprios interesses e “uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social” (Teixeira, 2002, p. 03).

Avaliar as políticas públicas se torna imprescindível à medida que se entende que a execução destas intervém a nível social, e por isso “têm movimento, tem contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados” (Hofling, 2001, p. 34). Assim sendo, a avaliação permite a observação dos pontos de acerto e de erros, possibilitando manutenção ou replanejamentos e reestruturações, garantindo assim, o aumento da eficiência na execução dos projetos e na obtenção de resultados (Burztyn, 1994).

Para Hofling (2001), a promoção de políticas sociais, que levam em sua base, interesses diferentes, expressos nas relações entre os cidadãos e o Estado Capitalista, faz com que as mesmas sofram “os efeitos de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder” (p. 34). Vieira (1992), por sua vez, afirma que as políticas sociais nascem do modo de produção capitalista e representam a distribuição de parte desta produção, conquistas do proletariado por meio de embates e lutas contínuas contra a burguesia.

A partir desta afirmação, considera-se interessante fazer aqui, sem o compromisso de aprofundamento do tema, um breve histórico acerca da influência que o capitalismo exerceu na construção das políticas públicas sociais.

1.1 INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO NO PROCESSO DE EXCLUSÃO

A exclusão é fato que pode ser visto ao longo da história da humanidade. Para fins deste estudo, buscaremos entender a influência do sistema Capitalista no processo de exclusão, e como este processo levou ao surgimento das políticas sociais, as quais surgem da necessidade de intervenção do estado na garantia de direitos fundamentais à manutenção da sobrevivência e dignidade humana.

Sistema capitalista é aquele no qual os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e visam o lucro (acúmulo de capital). Embora organizações proto-capitalistas já existissem no mundo antigo e os aspectos iniciais do capitalismo mercantil

já tivessem florescido durante a Baixa Idade Média, este sistema torna-se dominante no ocidente após a queda do feudalismo, por volta de 1.500, quando o comércio e a moeda financeira paulatinamente vão tornando-se mais fortes.

O capitalismo, de acordo com Montaño e Duriguetto (2010), traz consigo teorias de bem estar econômico, o que preconiza o ato de consumir como procedimento para se alcançar a felicidade, junto a ideais liberais de autonomia financeira regulada por meio do trabalho. O consumo mais do que “meio para a felicidade” passa a ser necessidade, pois, diferentemente do feudalismo, agora para alimentar-se, por exemplo, é necessário o ato da compra. E assim, em busca de recursos financeiros para própria sobrevivência, o homem aliena-se ao trabalho. Este fato concorre para o aumento dos excluídos, já que a força do trabalho como geradora de lucros, passa a ser super valorizada e, de acordo com Montaño e Duriguetto (2010), a sociedade agia de forma que recriminava as pessoas que não se encontravam inseridas em uma atividade laboral, como se essa fosse escolha voluntária, se o fato de uma pessoa não estar inserida no mercado de trabalho, fosse uma opção, e não uma condição do próprio mercado que não lhe oportunizou uma vaga. A exceção à esta visão de livre escolha era feita aos deficientes, idosos e doentes.

O aspecto histórico da exclusão acentua-se, então, a partir das revoluções burguesas, durante o desenvolvimento do capitalismo, que aliena o homem ao trabalho. Este fato fica evidente nos estudos atuais quando trazem como causa da segregação em classes, a falta de oportunidades para a inserção em atividades laborais, colocando-o à margem do que as idéias liberais acreditam como natural ao ser humano, a sua regulação por meio do mercado. Sendo assim, ao mesmo tempo em que tal sistema inclui proletários num contingente formativo de força de trabalho, o modo de produção exclui outra grande quantidade de pessoas que, apesar de não disporem de empregos e salários, continuam a fazer parte da sociedade.

No estudo de Silva (2006), a autora explica que o Capitalismo surgiu quando os proprietários dos meios de produção e subsistência encontraram o trabalhador livre no comércio, vendendo a única coisa que lhes restava: a força de trabalho. Silva explica ainda que, quando o homem encontrava-se livre para tornar-se servo da coerção corporativa “foi um dos momentos históricos que transformou produtores rurais e camponeses em assalariados” (p. 72).

Exemplo disso se dá durante a Revolução Industrial, no século XVIII, quando a monarquia inglesa expropriou terras que haviam sido cedidas a agricultores, como forma de forçar os cidadãos à migração para as cidades. Uma vez nos centros urbanos, estas pessoas, motivadas pela necessidade de manutenção da vida diária, passavam a abastecer o mercado capital recebendo baixos salários. Porém, corroborando com Silva (2006), a indústria não conseguiu absorver tão rapidamente os rurais expulsos de suas terras, o que poderia acontecer tanto pela própria incapacidade do mercado na geração de postos de trabalho, quanto pela dificuldade de adaptação por meio da população a esta rápida mudança no estilo de vida. Segundo a autora, esta situação dá início ao fenômeno do pauperismo, muito mais visível no final do século XVIII, mas que no decorrer destes fatos, impulsiona o processo de exclusão, surgindo a população em situação de rua.

Já entre o período de 1860 e 1874, ocorreram os primeiros movimentos de trabalhadores, reivindicando por melhores remunerações. Os aumentos salariais conquistados geraram recessão, uma vez que as indústrias escolheram investir em tecnologia a custear tais aumentos. Com a demissão em massa, a população fica sem poder de compra, levando à retração do mercado consumidor, neste movimento que gerou a primeira Grande Depressão (1876 – 1896), o capitalismo concorrencial passa para uma fase de monopólio, quando, as empresas mais fracas perderam espaço frente à recessão, e

as mais fortes uniram-se e racionaram a produção, expandindo-a para fora de suas fronteiras, promovendo a colonização de outros países.

1.2 CRISE DO CAPITALISMO (1973), SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO E CRIAÇÃO DA NOÇÃO DE POLÍTICA SOCIAL NO MUNDO

Para Vieira (1992), a Revolução Industrial além da super povoação dos centros urbanos, traz a transformação da consciência política, e a partir dos movimentos sindicais advindos do conflito entre o capital e os trabalhadores, surgem as primeiras medidas de política social. Estes avanços garantem segundo Pereira (1997) a definição de direitos sociais, os quais posteriormente são introduzidos nas constituições Estatais, garantindo os direitos mínimos às classes trabalhadoras.

Após a 2ª Guerra Mundial, o Estado passa a intervir nas relações sociais, transformando os ideais liberais (que até então acompanhavam o capitalismo e ditavam a atuação do governo: função mínima), e passa a proteger os trabalhadores e criar recursos para o livre comércio. A partir dos primeiros movimentos da classe trabalhadora em organizações sindicais e das lutas sociais, que surgem neste momento, edifica-se o *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, o qual, de acordo com Estanque (2009) “consubstanciou importantes conquistas para os trabalhadores, elevando os níveis de bem estar material, garantindo estabilidade de emprego e oportunidades de carreira”. Este modelo de Bem-Estar-Social, de acordo com Teixeira (2002), traz a visão socialdemocrata, onde nas políticas públicas:

concebem-se os benefícios sociais como proteção aos mais fracos, como compensação aos desajustes da supremacia do capital, o que, ao mesmo tempo, garante sua reprodução e legitimação; as políticas públicas têm o papel regulador das relações econômico-sociais, são constituídos fundos públicos para serem

utilizados em investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento e em programas sociais (p. 04).

Ou seja, o Estado passa a mediar as relações sociais e o capital, aplicando recursos financeiros no mercado para aquecimento da economia e concessão de linhas de crédito a baixo custo, oportunizando a realização de investimentos no setor privado, e possibilitando o giro da economia através do poder de compra da população. Mais do que isso, o Estado de Bem-Estar-Social garante, em forma de direito para todos os cidadãos, os padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social de forma universalizada.

Nas últimas décadas novas visões de Estado substituíram as políticas de *Welfare State*, do pós-guerra, como aponta Souza (2006). Estas visões, baseadas nas idéias de Keynes, de um Estado Intervencionista e comprometido com gastos na área social seriam substituídas por visões restritivas de gastos, com a adoção de orçamentos mais equilibrados, o que aconteceu principalmente pela alta do petróleo em 1.973 e 1.975, quando o capitalismo entrou em nova crise. Montañó e Durigetto (2010) apontam que nesta visão os governos diminuem os gastos por meio de redução de encargos salariais, abandonam posturas protecionistas, e passam a ter por foco a abertura das fronteiras nacionais ao capital especulativo. Esse dinheiro, ainda de acordo com Montañó e Durigetto (2010), passa a ser investido em bancos, companhias de seguros e fundos de pensão, bem como no mercado acionário e propriedades de cotas de fundos de investimentos de títulos de dívidas públicas, deixando de ser destinado à produção, ou seja, à criação de postos de trabalho. Esta filosofia entra em conflito com a política de Bem Estar Social/ *Welfare State* e acarreta o surgimento do modelo neoliberal que vêm com a proposta de reestruturação do sistema para o enfrentamento da crise capitalista e a garantia de taxas de lucro elevadas, visando, como sugere Teixeira (2002), o equilíbrio financeiro, partindo da redução dos gastos sociais.

Para isso, segue-se o rompimento com o pacto Keynesiano¹, aumentando o processo de exclusão, utilizando-se de 03 caminhos, como apontam Montañó e Durigetto (2010, p. 192):

a) criação de áreas de super lucros fora da superprodução e do subconsumo (fundamentalmente via privatizações de empresas estatais); b) a extrema centralização do capital, acentuando o domínio dos monopólios no mercado (particularmente via fusões); c) a redução de custos de produção para o capital – com o trabalho (via subcontratação, reforma da previdência, flexibilização das leis trabalhistas, recortes do financiamento estatal na área social.) e com custos gerais da produção/comercialização (fundamentalmente via reforma tributária, abertura das fronteiras dos Estados nacionais para circulação de mercadorias, automação, reengenharia.)

De acordo com Hofling (2001), o modelo neoliberal defende a liberdade individual, critica a intervenção estatal e elogia as virtudes reguladoras do mercado. Teixeira (2002) expõe que para o novo modelo [neoliberal], o Estado protetor beneficia o “parasitismo social” (p. 04), justificando as mudanças mencionadas. Para Beringh (2006):

A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas: 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os

¹ Inspirado nas ideias de John Maynard Keynes, economista inglês que passa a estudar as razões para a Grande Depressão e rompe com o modelo liberal. o keynesianismo defende a necessidade do Estado em buscar formas para se conter o desequilíbrio da economia. Entre outras medidas, os governos deveriam aplicar grandes remessas de capital na realização de investimentos que aquecessem a economia de modo geral.

impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando na quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior (p. 12)

A autora expõe que apesar dos esforços neoliberais, o aumento do desemprego, gerou por conseqüência o aumento da demanda por proteção social, implicando em maiores gastos público, mantendo assim, o Estado de Bem-Estar-Social.

Concomitante ao processo de crise do capitalismo e ao surgimento dos novos ideais liberais, o mundo se encontra em processo de globalização, o qual para Teixeira (2002, p. 04),

torna o processo de formulação de políticas públicas mais complexo, por estarem em jogo, agora, em cada país, interesses internacionais representados por forças sociais com um forte poder de interferência nas decisões quando essas não são diretamente ditadas por organismos multilaterais.

Diante do contexto até aqui apresentado, fica evidente então, que no Capitalismo, como aponta Teixeira (1999, p. 01):

O processo de acumulação capitalista produz o trabalhador disponível para o capital, uma população sempre maior do que as reais necessidades da acumulação. O resultado é a produção de uma classe trabalhadora diversificada na sua forma de inserção na produção, mas que tem em comum o fato de sua sobrevivência depender da venda da sua capacidade de trabalho, o que por sua vez depende das demandas do capital. O resultado é a produção da pobreza, originada nos baixos salários dos que se encontram incluídos no mercado de trabalho formal e as mais diferentes situações de inclusão precarizada ou subordinada para a grande parcela que não consegue existir para o capital.

Neste processo, enquanto o consumo é super valorizado, o homem transforma-se no instrumento de produção, alienado ao trabalho e ao valor de sua produção. Se não trabalha, não tem valor para a sociedade. Neste caso, passa a ser visto como demanda das políticas sociais, que visam a diminuição da desigualdade estrutural, além do controle social com a finalidade da fluidez econômica estatal.

1.3 EXCLUSÃO E NOÇÕES DE POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

Como bem aponta Silva (2006), não se encontra na literatura dados sobre o fenômeno população em situação de rua no Brasil. Porém, podemos observar que a própria história da Colonização do país advém das ações Capitalistas que circundavam a Europa na época. Prado Junior (1994) conta que a descoberta deste, como de todo o continente Americano, não é mais do que um capítulo da história europeia de comercialização, pois é em busca de novo roteiro para Índia que os países europeus lançam-se nas jornadas marítimas, ou seja, fruto da exploração capitalista. A Índia representava produtos de grande valia para o continente descobridor. Percebe-se então que a colonização no Brasil teve:

um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que se reúne à natureza, pródiga e recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados (Prado Junior, 1994. P. 31).

A colonização traz consigo a mão de obra escrava que servia aos senhores de engenho. Após a vinda da Família Real para o Brasil, os portos são abertos e com ele os acontecimentos mundiais passam a ser conhecidos por meio de grupos que defendiam a Independência. Porém, o Brasil não acompanhou toda a trajetória mundial acerca das mudanças de modelos de *Welfare State* para o capitalista. Na verdade, o primeiro nem

chegou a ser vivenciado aqui. O Brasil vivia um momento de Nacionalização, defendendo-se da retomada do Império pelos portugueses e buscando integrar as diferentes capitâneas em todo o território nacional. Nesse contexto, a primeira Constituição Brasileira surge em 1824 e a nova constituição em 1891, sem considerar a necessidade da criação de direitos sociais.

Cruz e Guareschi (2010) afirmam que desde a Proclamação da República em 1889 até a chamada Revolução de 30, o Estado não intervinha nas relações entre capital e sociedade por não considerar papel do poder público, sendo assim, esta tarefa ficava a cargo de instituições privadas, mais fortemente a Igreja Católica.

A Revolução de 30 compreende o período de 1930 a 1970 e marca uma ruptura no processo histórico brasileiro, já que, como relembra Silva (2006), este processo traz a destruição de um padrão de acumulação fundado em atividades econômicas de base agrário-exportadoras (oligarquias e política café com leite) para um padrão de acumulação sustentado em uma estrutura produtiva de base urbano-insdustrial. A Era Vargas, colocando o foco na industrialização e objetivando desenvolver um capitalismo industrial no Brasil, acaba por incentivar o êxodo rural, ou seja, pessoas que viviam no campo passam a mudar-se para as cidades em busca de melhores condições.

Neste crescimento populacional, somado aos que já se encontravam nas cidades, como a mão de obra escrava que passou a ser liberta em 1888, mais os imigrantes europeus que vieram para substituí-las, as cidades cresceram de forma desordenada, sem estrutura de empregos, nem serviços públicos voltados para a educação e o trabalho. Sendo assim, o Estado vê a necessidade de intervir, de alterar seu papel e passou a regular e mediar essa nova situação (Cruz e Guareschi, 2010). Outorga-se então a Constituição de 1934, a qual traz, de acordo com Cruz e Guareschi (2010), “um conjunto de medidas de proteção ao trabalhador, que mais tarde é transformado na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT),

assegurando-se, ainda, o direito à educação primária integral e gratuita, o amparo aos desvalidos e à maternidade e à infância” (p. 22).

Marcílio (1998) informa que estas conquistas fazem parte de um movimento histórico que surge a partir da formulação dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão e vai evoluindo “mediante a incorporação de novos direitos, antes não considerados, originando-se as chamadas gerações de Direitos Humanos, que têm a ver com a evolução das sociedades humanas” (p. 01).

Sendo assim, em uma breve retrospectiva histórica acerca da garantia de direitos civis e sociais podemos citar:

- 1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos – de acordo com Marcílio (1998) busca ver o homem de forma integral, valorizando a família, a comunidade, os interesses, as necessidades e aspirações sociais da população;
- 1952 – Declaração dos Direitos Políticos da Mulher;
- 1958 – Convenção para a Prevenção e Repressão do Genocídio (1958);
- 1959 – Declaração dos Direitos da Criança (1959);
- 1960 – Declaração sobre Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais (1960);
- 1963 – Declaração contra a Discriminação Racial;
- 1966 – Pacto sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
- 1966 – Pacto sobre os Direitos Civis e Políticos;
- 1971 – Declaração dos Direitos do Deficiente Mental;
- 1975 – Declaração dos Direitos dos Deficientes Físicos;
- 1982 – Plano de Ação para Proteção dos Direitos dos Anciãos;

- 1988 – Constituição da República Federativa do Brasil;
- 1989 – Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 1990 – Lei Federal 8.069: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente- E.C.A;
- 1990 – Conferência Mundial sobre “Educação para todos”, realizada em Jomtien/Tailândia;
- 1990 – Conferência da Cúpula sobre os direitos da criança. NY;
- 1992 – Conferência da Cúpula sobre o meio ambiente a Rio - 92 em que consagrou o desenvolvimento sustentável;
- 1993 – Congresso Mundial dos Direitos Humanos. Viena;
- 1994 – Conferencia sobre a População e Desenvolvimento. Cairo;
- 1994 – Conferencia Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca;
- 1995 – Conferência sobre Desenvolvimento Social. Copenhague;
- 1995 – Quarta Conferencia sobre os Direitos da Mulher. Pequim;
- 1996 – Conferencia sobre os Assentamentos Humanos. Istambul;
- 1996 – Evento Mundial sobre a Segurança Alimentar e Combate a Fome - FAO/ONU. Roma.

Sabemos que, apesar dos avanços, ainda se vêem todos os dias por meio da mídia escrita, de telejornais e até mesmo quando se anda pela cidade, a violação dos direitos civis garantidos em lei. Tais direitos, dizem respeito à liberdade e à igualdade perante a lei, que passam a existir, de acordo com Cruz e Guareschi (2010), no século XVIII, como necessidade da sociedade burguesa de assegurar a liberdade de ir e vir para venda da força

do trabalho e para a garantia da propriedade privada. Mas a concepção das crianças, mulheres, índios e desvalidos, ainda era a de incapacidade, portanto, os direitos civis e políticos que vinham sendo conquistados não se estendiam a essa parcela da população.

Para Pontes Júnior (1993) a década de 80 no Brasil foi marcada pela má distribuição de renda, políticas sociais ineficientes que eram desenvolvidas com base nas diretrizes da ditadura militar e pela violência contra meninos e meninas de rua, pode-se acrescentar aqui, a violência contra a liberdade das pessoas, desrespeitando o conceito de cidadania. Como o autor aponta, essa situação gerou a sensibilização da sociedade brasileira para a mudança na legislação. E é neste contexto, de maior necessidade de mecanismos eficazes de controle da população sobre os atos do Poder Público, e em um continuum histórico de avanço nos direitos sociais, que é promulgada em 1988 a Constituição Federal. Na nova Constituição, os excluídos [crianças, mulheres, índios e desvalidos] passam a fazer parte da política. No artigo 203 observamos que a legislação preceitua que a Assistência Social será prestada a quem dela precisar, ou seja, tendo como objetivo a proteção e o amparo aos cidadãos menos favorecidos, tanto por sua condição financeira, quanto por sua frágil condição social, como é o caso dos portadores de deficiência, crianças, adolescentes, gestantes e idosos. As políticas sociais, então, na concepção de Gonçalves (2010), aparecem dentro do contexto histórico como uma “maneira de concretizar a relação indivíduo e sociedade” (p. 31), que teria o Estado como representante da sociedade.

De acordo com Vianna (2008), a Constituição de 1988, por trazer direitos relacionados à educação, saúde, assistência, previdência social, trabalho, lazer, maternidade, bem como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, de associação profissional ou sindical, de greve, de participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, etc., foi denominada pelo então presidente do Congresso

Nacional de Constituição Cidadã. Para a autora, a expansão dos direitos individuais e coletivos, se apresentava como um passo importante para a entrada do Brasil no modelo de Estado de Bem-Estar-Social. Porém, como expõe Loureiro e Ribeiro (2011), a década subsequente, traz em sua característica, um lado agressivo no que tange à competitividade econômica, “que marcou a abertura da economia nacional ao capital internacional e às exigências do ajuste estrutural neoliberal, ajuste que reconfigura instituições e restringe a capacidade do Estado de configurar sua política econômica com autonomia” (Loureiro e Ribeiro, 2011, p. 299), por outro lado, a década de 1990 é conservadora na execução dos direitos constitucionais das políticas sociais. Uma vez que, ainda de acordo com os autores, a ideologia neoliberal traz pelo empreendimento do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), isto já desde a década de 80, o “enxugamento dos gastos sociais do Estado e a concessão de parte da oferta de serviços públicos para a oferta privada.” (p. 296) Este fato dá início ao “desmonte institucional, orçamentário e conceitual da seguridade social” (Vianna, 2008, p. 10). Neste ínterim, as ações da política social passam a ser desenvolvida de forma focalizada aos mais pobres e excluídos, seguindo a ideologia neoliberal de baixos custos e altos impactos.²

Destarte o Brasil encontrar-se inserido no sistema Capitalista com fortes tendências neoliberais, o governo atual defende, por meio de programas como miséria zero, dentre outros, a filosofia do Bem Estar Social. Mas fica claro que na perspectiva atual, no Estado do pleno emprego, que o mercado continua sendo foco de atenção e regulação, uma vez que, como aponta Singer (2003), o Estado teria como obrigação garantir um direito que passa a ser fundamental, o de possuir um trabalho capaz de manter o trabalhador autônomo social e economicamente.

² “[...] intervenciones com alto impacto y bajo costo son definitivamente recomendables e intervenciones de bajo impacto y alto costo no lo son” (BANCO MUNDIAL, APUD Loureiro e Ribeiro (2008, p. 297)

Porém, este objetivo encontra dificuldades de ser alcançado, uma vez que, como aponta Silva (2006), o Brasil continua sendo, mesmo nos tempos atuais, uma colônia dos países desenvolvidos, pois, em suas políticas de construção de estradas, diminuição de impostos, dentre outros, para a chamada de capital externo, privilegia a tecnologia em detrimento da educação. As multinacionais aqui se instalam aproveitando-se da mão de obra barata, enquanto trazem os profissionais mais qualificados. A capacitação do trabalhador brasileiro não acompanha esta colonização globalizada e industrializada, colocando-o à margem do mercado de trabalho, e continuando o processo de exclusão.

1.4 A LOAS E A PNAS

Em 1993, como forma de ratificação do que prevê a Constituição, é publicada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS a qual define a Assistência Social como efetivo direito do cidadão e dever do Estado. Assim sendo, todo e qualquer cidadão que da Assistência Social precisar, terá acesso à política.

A LOAS traz princípios de universalização, dignidade e autonomia dos sujeitos e aponta o atendimento em Assistência Social como descentralizado, com comando único, participativo (com controle social) e o Estado como principal administrador responsável pela Política.

A proteção social de Assistência Social é hierarquizada em básica e especial e, ainda, tem níveis de complexidade do processo de proteção, por decorrência do impacto de riscos no indivíduo e em sua família. A rede socioassistencial, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política, o que supõe constituir ou redirecionar essa rede, na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de

usuários que dela possam necessitar (NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS).

“A Política Nacional de Assistência Social prevê o atendimento no ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade” (Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS).

Os serviços de proteção básica são executados nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – e em outras unidades públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. Já a proteção especial tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direitos. Este nível de proteção pode ser classificado em proteção social especial de média e alta complexidade.

A população em situação de rua é atendida pela média complexidade, a qual é coordenada e articulada nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS.

Importante lembrar que a PNAS foi criada dentro de um processo democrático, contando com a participação da sociedade civil e do Estado após a IV Conferência Nacional da Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003 (Brasil/MDS, 2005).

Para Demo (1999), a construção de novos espaços de participação da sociedade civil, onde podem vir a serem discutidas, de forma pública e democrática, as questões relacionadas às políticas sociais, representa um considerável avanço no que diz respeito às políticas públicas no Brasil. A participação para o autor é uma conquista que traz consigo mudanças em termos de igualdade democrática, por intervir no processo de criação, execução e avaliação das políticas públicas.

CAP 02: POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O estudo acerca da população em situação de rua, que deve ser incluída na gestão de políticas públicas, é recente, pois até 2008 esta população não fazia parte das pesquisas censitárias encomendadas pelo governo brasileiro, uma vez que se baseavam em domicílios. Foi somente no período de agosto de 2007 a março de 2008, que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizaram a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua com o intuito de quantificar e permitir a caracterização socioeconômica do grupo (Brasil, 2008). Essa traz dados de perfil da população estudada; trajetória na rua; histórico de internação em instituições; pernoite, vínculos familiares e trabalho; acesso à alimentação, serviços e cidadania; discriminações sofridas e participação em movimentos sociais e cidadania.

Estes dados apontam para uma população predominantemente masculina (82%), com mais da metade em idade economicamente ativa – entre 25 e 44 anos (esta pesquisa estudou apenas sujeitos acima de 18 anos). O rendimento médio da população em situação de rua é entre R\$ 20,00 e R\$ 40,00. A maioria é alfabetizada (74%), porém 95% não estudavam no momento da pesquisa. Os principais motivos de ida para a rua, apontados pelos sujeitos são: alcoolismo e/ou drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). Menos da metade dos sujeitos (45,8%) viveram sempre no mesmo município, os demais eram migrantes de outros municípios e da zona rural, sendo que 60,1% afirmam que não dormiam na rua ou em albergues no município de origem. O principal motivo que afirmam justificar o deslocamento é a busca de oportunidades de

trabalho (45,3%). A pesquisa aponta ainda que ao menos 60% da população em situação de rua nos municípios pesquisados já ficaram internados em pelo menos uma instituição (Febem, orfanato/internato, hospital psiquiátrico, casa de detenção, abrigo institucional e centro de recuperação para dependência química). Em relação aos vínculos familiares, 51,9% dos entrevistados possuem parentes no município onde residem, e 38,9% relatam não possuir contato algum com estes. Dentre outros dados relevantes, é igualmente importante ressaltar aqui um direito de cidadania que é a posse de documentação e o direito político de votar. 24,8% desta parcela da população não possuem qualquer documento, e apenas 29,7% possui todos os documentos (necessário para inserção formal no mercado de trabalho, com garantia de direitos trabalhistas), e a maioria (61,6%) não exerce o direito do voto por não possuir o título de eleitor.

A pesquisa mais recente da população em situação de rua na cidade de Curitiba/Pr data de 2009 e foi realizada pela FAS (Fundação de Ação Social). O número levantado foi de 1.095, para uma população local estimada em 1.851.215 (FAS, 2009).

Foi a partir da pesquisa nacional, somada a um movimento dos moradores de rua, que surgiu após a mencionada Chacina da Praça da Sé, e que reivindicava por reconhecimento e proteção, que se percebeu a necessidade de definição da população em situação de rua. Foi elaborado, então, em maio de 2008, documento que apresenta a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua e, posteriormente, em dezembro de 2009, por meio do decreto 7.053/09, é instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Tais políticas e também dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2012), caracterizam essa população como composta por sujeitos que fazem das ruas (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos, prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) seu espaço principal de sobrevivência (moradia e sustento). É onde fazem a

ordenação de suas identidades, de forma temporária ou permanente. De acordo com Castel (1998), cada excluído, no caso do presente estudo, cada morador de rua conta ainda com perda ou fragilidade dos vínculos familiares, das relações afetivas, bem como rompimento total ou parcial de vínculo com atividades laborais e participação social efetiva. Por este motivo, há a necessidade de serviços sócios assistenciais como pernoites, albergues públicos, alimentação, higiene entre outros (dados do diário de campo da pesquisadora).

Valencio, Pavan e Siena (2008) afirmam que a sociedade enxerga a população em situação de rua com desconfiança, culpabilizando-os pela situação vivenciada e procurando fazer com que a presença deles não seja percebida. Isso faz, na concepção dos autores, com que o sujeito que vive uma condição de desamparo por viver na rua, não consiga se constituir enquanto sujeito frente aos demais atores sociais. Valencio et al. (2008) acreditam que o olhar que a sociedade possui sobre a população em situação de rua não permite que suas habilidades sociais sejam exercidas. Talvez, mais estagnante do que o olhar da sociedade sobre esta população é a falta de olhar dos estudiosos, os quais poderiam auxiliar na construção de propostas para o desenvolvimento de habilidades e perspectivas de futuro. Essas seriam o ponto de partida para o desenvolvimento da autonomia e reinserção social destes sujeitos. Mendonça (2006, p. 12) expõe: “de certa forma, a sociedade científica comporta-se como o cidadão comum que ao se deparar com um mendigo morador de rua tende a desviar seu olhar, quando não o seu caminho”.

Há, ao contrário, uma vasta história de categorizações pejorativas e marginalizações impostas por aqueles que se encontram “do outro lado”, que geram desde olhares de repúdio a atos de violência, como o fato ocorrido na Praça da Sé, ou ainda como cita Oliveira (CRESS, 2012), “Em julho, três moradores de rua foram atacados em diferentes regiões de Curitiba em um intervalo de dois dias. Um deles foi agredido na cabeça e morreu. Outro teve o corpo parcialmente queimado e o terceiro foi esfaqueado”.

No que tange às questões de trabalho, em relação à pesquisa com população de rua supramencionada (Brasil, 2008), a maioria dos entrevistados (70,9%) afirmavam possuir profissão e exercer algum tipo de atividade laboral remunerada, porém a maior parte dos trabalhos realizados situava-se na chamada economia informal, ou seja, em atividades laborais sem registro em carteira de trabalho, enquanto 29,8% apontavam o desemprego como causa de caída na rua.

Maciel (2003) comenta que a pobreza e a segregação sempre existiram na história do homem. No entanto, para o autor, era somente o trabalho que proporcionava às classes mais pobres, os subsídios necessários para a sua sobrevivência. Isto pode ser entendido uma vez que sob a ótica do sistema neoliberal, o Estado não tem o papel de intervenção nas regulações sociais, ou seja, não seria papel do governo, conceder benefícios aos trabalhadores desempregados.

No Brasil até 1988, quem não se encontrasse inserido em alguma atividade laboral formal, poderia somente buscar auxílio para sua sobrevivência, na caridade de instituições privadas, mais especificamente, as religiosas (Gonçalves, 2010). A partir de 1988, na tentativa de implantar um estado de bem estar social, a constituição brasileira caracteriza a assistência social como um direito, não mais como caridade.

Cruz (2001) expõe que o aumento da população que faz do espaço público o seu espaço privado, denotando a precarização da vida, são decorrentes do crescimento da população urbana, que acarreta sérios problemas de infra-estrutura e provisão de serviços. Zazula Beatriz (2007) expõe que a década de 1990 foi marcada pela revolução tecnológica e o aumento da competitividade pelo mercado nacional e internacional, e isto acarreta precarização do trabalho, pois a “nova ordem passou a ser produzir mais com menos custos” (p. 17), exige-se mais do perfil profissional e paga-se menos. Isto, ainda de acordo com Zazula Beatriz (2007), gera demissão em massa. Corroborando com o pensamento de

Maciel (2003), pode-se complementar essa idéia, enfatizando que os anos 80 e 90, trazem repercussões nos espaços urbanos como um todo, revelando que as mais diversas transformações decorrentes da globalização têm contribuído para o aumento do número de pessoas sem moradia, desempregadas e sem perspectivas. Já que a educação e capacitação profissional no Brasil, não acompanham o ritmo da importação da modernização tecnológica, deixando esses trabalhadores que foram excluídos, cada vez mais longe da possibilidade de inserção laboral.

Além disso, há outra questão que atualmente abarca a sociedade como um todo: a drogadição. Como veremos adiante, a pesquisa censitária (Brasil, 2008), revela que a maioria dos moradores de rua (35,5%) apontou o uso de álcool e outras drogas como o principal motivo de caída na rua.

Diante disto, em um cenário atual, onde a atividade laboral, formal ou não, é insuficiente para a saída da rua, é necessário pensar em como realizar a chamada reinserção social. Para a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD, 2012), a reinserção social se dá por meio da reconstrução das perdas que a pessoa teve ao longo da vida e tem como objetivo a capacitação para o pleno exercício do seu direito à cidadania.

Mas o que é cidadania? Para Zincone (1992), a cidadania possui em sua essência uma ligação com os direitos e com a participação, englobando os comportamentos de tal participação, como: atividades na sociedade, no espaço público, exercendo o conjunto de direitos civis, políticos e sociais, como bem resumiu Marshall (1976).

Como foi possível observar até aqui, a Política Pública só recentemente, e de maneira tímida passou a focar a atenção para a população que vive em situação de rua. Este fato é facilmente percebido, uma vez que o próprio conceito de reinserção social não aparece claramente na PNAS.

É importante salientar que as políticas públicas voltadas para o morador de rua

estão constantemente determinando os processos de transformação da identidade social deste grupo. De acordo com Vigotski (1994), à medida que a pessoa vai apreendendo o significado de coisas e ações na interação com seu meio, vai apreendendo a realidade de formas diferentes.

2.2 INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Como ponto de partida para a criação da política para o morador de rua, a indignação com a violência e o descaso em relação às pessoas em situação de rua, alguns moradores de rua reuniram-se em grupos e, por meio de mobilizações, marchas, encontros com o então presidente da República, Encontros Nacionais, etc., auxiliaram na construção e publicação do Decreto Lei 7.053 de 2009 – Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009). Esta conquista fortaleceu um grupo que se denominou Movimento Nacional para a População em Situação de Rua (MNPR).

Em Curitiba/Pr este grupo vêm conquistando paulatinamente seu espaço junto aos serviços de assistência social. Este ano passaram a reunir-se em um espaço próprio, chamado de Centro de Defesa da População em Situação de Rua e, através do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, segundo o representante do movimento em Curitiba³, hoje ocupa espaço junto à Fundação de Ação Social e a secretaria de saúde, buscando elaborar, acompanhar e monitorar os planos de ação dos serviços sócio assistenciais do Município de Curitiba. O representante relatou ainda que os objetivos do MNPR sejam a conquista:

³ Informação repassada pelo representante do MNPR, Frank Silva, na inauguração do Centro Pop Portão (equipamento da FAS) em 04/12/2012.

do respeito às condições sociais, do atendimento humanizado e da valorização e respeito à vida e a cidadania⁴.

Qualquer pessoa hoje que assista ao telejornal, ou leia as notícias em jornal impresso ou ainda nas redes sociais, pode acompanhar as barbáries que vêm sendo cometidas contra a população em situação de rua. Na noite de 15/11/2012 o Jornal Nacional da Rede Globo anunciou o assassinato de mais um morador de rua, cometido por uma pessoa que disparou um tiro contra a cabeça do sujeito que se encontrava dormindo. O repórter informou que em apenas um mês 05 assassinatos contra moradores de rua, tiveram características de execução. No dia 17/08/2012, o MNPR promoveu em Curitiba, o ato em celebração ao Dia Nacional de Luta da População de Rua, com o *slogan*: “O que mata em Curitiba não é o frio, nem a violência, mas sim a falta de políticas públicas”. No mesmo mês que em 2004 ocorreu a Chacina da Sé, o MNPR se reuniu para pedir por mais intervenção do Estado por meio de Políticas Públicas. Souza, um dos líderes do MNPR, diz: “Muitas pessoas em situação de rua foram queimadas, esfaqueadas, assassinadas e as autoridades não se preocupam em solucionar os casos” (CRESS/PR, 2012).

No que tange as políticas públicas para este público, o processo de surgimento foi ainda mais lento que o caminho para o surgimento das políticas de assistência social.

É somente em 23 de dezembro de 2009 que surge o Decreto 7.053 que Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

De acordo com Pousa Junior (2010), antes da publicação do Decreto 7.053/09 havia falta de conceituação jurídica acerca do termo “morador de rua”, o que dificultava a criação de normas protetivas, até por não contarem com subsídios referentes ao perfil

⁴ Estes objetivos constam no discurso que o representante fez na inauguração do equipamento da FAS, destinado a atender a população em situação de rua em 04/12/2012 (anexo 03).

específico dessa população. Fato este que muda com a publicação dos resultados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre 2007 e 2008, exposta no capítulo 02. Pousa Junior (2010) aponta ainda para a importância da criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento desta população⁵, que aproxima os gestores da população específica e permite o desenvolvimento mais adequado de ações em parcerias com gestores municipais, representantes de moradores de rua, organizações não governamentais (Ong's), Igrejas, Ministério Público e Defensoria Pública. Em Curitiba/Pr foi anunciada em 28/08/2012 a criação deste comitê. De acordo com o site da Prefeitura de Curitiba:

O Comitê reúne secretarias e órgãos municipais que, em parceria com a Fundação de Ação Social (FAS), desenvolvem uma série de ações nessa área – além da Cohab, as secretarias municipais de Abastecimento, Defesa Social, Educação, Saúde, Esporte, Lazer e Juventude, Governo e Trabalho e Renda. Os movimentos sociais vão agora definir os nomes que vão compor o Comitê que terá nove representantes da administração municipal e nove da sociedade civil organizada (Curitiba, 2012).

Mas até chegarmos aqui houve um longo processo. A PNAS, criada em 2003, não traz a questão da população em situação de rua. É a partir da lei nº 11.258/05, a qual inclui o parágrafo único do artigo 23 da LOAS, que são inseridos programas para essas pessoas, que passam a ter definitivamente o reconhecimento como sujeitos de direitos.

Em outubro de 2006, através do Decreto sem número, é instituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS. Este grupo passou a estudar e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão do morador de rua. Ainda em

⁵ Criado junto com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, no Decreto nº 7.053/09.

2006, através da portaria MDS nº 381, o governo federal assegura recursos para serviços sócios assistenciais destinados a esses sujeitos, para municípios com mais de 300.000 habitantes.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que aconteceu pela resolução nº 109 do CNAS (Conselho Nacional da Assistência Social), insere o atendimento à população em situação de rua na Proteção Social Especial (PSE)

A presente pesquisa pretendeu avaliar os programas de Reinserção Social para a população em Situação de rua. Para tanto, vamos definir o que são Programas Sociais.

Os programas são desenvolvidos nos centros de referência da Assistência Social e “compreendem ações integradas e complementares, tratadas no art. 24 da LOAS, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas” (NOB/SUAS, 2005).

Esses programas prevêm ações organizadas para promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a capacidade de proteção da família, a autonomia e o protagonismo dos indivíduos, famílias e comunidades (GUIA MDS, 2008).

No nível da Proteção Social Especial, conhecem-se os programas do Bolsa Família e PET (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). A população em situação de rua vem sendo inserida no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, desde 2010. E recentemente foi lançada uma campanha pelo Governo Federal (06/2011) na pessoa da Presidenta Dilma Rousseff, denominado de “Brasil sem Miséria”. Para esta, a atual Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, informa que terá como eixos o aumento e qualificação dos programas de transferência de renda, a ampliação dos serviços públicos e a inserção produtiva. Acrescenta que, para isso,

combinará programas já existentes, como Bolsa Família⁶, o recém lançado PRONATEC⁷ (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico) e a Rede Cegonha⁸ – cito Blog do Planalto em 04/06/2011.

De acordo com Colin (Brasília, 2011):

a Política Nacional para População em Situação de Rua, ao elencar seus objetivos previu a implantação de centros de referência especializados para o atendimento a esse segmento no âmbito da política de assistência social, lançando bases para que, em 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais prevesse a implantação desta unidade no SUAS, o que passou a ser apoiado pelo MDS a partir de 2010.

No município de Curitiba, dentro das políticas sociais, existem os seguintes programas: geração de renda, denominado Vitrine Social; Liceus de Ofícios que são os centros de qualificação profissional e a Rede Solidária para o Morador de Rua. Segundo o site da prefeitura, este programa é composto por “serviços e atividades de proteção e segurança social, onde recebem atendimento que visa promover a inclusão social do morador de rua e o acesso a serviços de assistência social, saúde, educação, esporte,

⁶ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Dado extraído do MDS.

⁷ O Pronatec será composto por um conjunto de ações voltadas para quem deseja fazer um curso técnico mas não tem como pagar. Será um programa de bolsas e também de financiamento estudantil. O novo Programa de Financiamento Estudantil (Fies), de acordo com a presidenta, vai fazer parte do Pronatec. Extraído do site da República Federativa do Brasil.

⁸ Conjunto de medidas para garantir a todas as brasileiras, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e o parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê. As medidas previstas na Rede Cegonha – coordenadas pelo Ministério da Saúde e executadas pelos Estados e Municípios, que deverão aderir às medidas – abrangem a assistência obstétrica (às mulheres) – com foco na gravidez, no parto e pós-parto como também a assistência infantil (às crianças). Extraído do Portal do Ministério da Saúde.

cultura, lazer, segurança alimentar e nutricional” (Curitiba, 2012). A partir das observações, constatou-se que a Rede Solidária para o Morador de Rua faz acompanhamento aos sujeitos que deixaram de fazer uso do albergue e conquistaram um espaço privado para residir. Esse acompanhamento se constitui em reuniões periódicas na sede da Central de Resgate Social (CRS) e distribuição de subsídio alimentar.

No site da Fundação de Ação Social (FAS), consta a história do atendimento à população em situação de rua no município de Curitiba, o qual foi estruturado em 1995 (FAS – SOS). A proposta era o atendimento emergencial à população adulta. Em 2000, esta unidade passa a se chamar Central de Resgate Social. Em 2003, é implantado o atendimento social à população em situação de rua. Ainda de acordo com o site da FAS:

Atualmente, a Fundação de Ação Social, em conjunto com outras instituições, oferece a estas pessoas atendimento de proteção social especial de média e de alta complexidade em unidades oficiais e conveniadas. Em 2011 a Central de Resgate passou a incorporar o CREAS Especializado para a População em Situação de Rua, oferecendo serviços de abordagem de rua, cuidados de higiene e alimentação, albergagem, atendimento de saúde, triagem (para identificar o que precisa), investigação social (cadastro e entrevista) e encaminhamentos necessários para a rede de proteção social (Curitiba, 2012).

Além do CREAS POP, há em Curitiba dois centros de convivência para o morador de rua, o Centro POP João Dorvalino Borba, que atende jovens e adultos em situação de rua, com atividades diversas como oficinas socioeducativas e escolarização (turma especial de Educação para Jovens e Adultos - EJA. Neste espaço, de acordo com FAS 2012, “as pessoas são encaminhadas para obtenção de documentos pessoais, para o mercado de trabalho, para cursos (Liceus de Ofícios), benefícios sócio-assistenciais (como Bolsa

Família, subsídio alimentar e Benefício de Prestação Continuada - BPC). E o Centro POP do Portão que foi inaugurado em 04/12/2012 e está em fase de estruturação do trabalho.

Como puderam ser observadas, as políticas que atendem à população em situação de rua são recentes. Fato que justifica a necessidade de se aprofundar no conhecimento destas pessoas, que apesar de serem categorizadas como um grupo à margem do social possui uma singularidade. Sendo assim, buscamos aqui ouvir esses sujeitos e saber deles como avaliam os serviços socioassistenciais que hoje lhe são oferecidos.

CAPÍTULO 03: A PSICOLOGIA E A POLÍTICA PÚBLICA

Conforme abordado na introdução deste estudo, a psicologia dentro dos programas de Assistência Social, ao mesmo tempo em que ganhou seu espaço junto às políticas sociais, vem encontrando dificuldade de exercício da prática, já que se observou, durante toda a pesquisa, a falta de sistematização do trabalho, e não raras vezes, ouvindo dos psicólogos inseridos hoje na Fundação de Ação Social que o trabalho se dá sem diferenciação do trabalho do Assistente Social, uma vez que, parece ser unânime a percepção de “técnico de território”. Técnico de território, de acordo com os relatos profissionais, é o profissional de nível superior concursado, que ao inserir-se no serviço público (FAS), passaria a integrar o quadro técnico, e que assim como qualquer outra categoria profissional, atuaria em visitas domiciliares, liberação de recursos sócio-assistenciais e tarefas administrativas.

Aproveitando o momento em que se estuda a avaliação dos programas sócio assistenciais do município de Curitiba, levantou-se a necessidade do profissional de psicologia definir seu espaço de prática no campo social, no caso particular deste estudo, com a população em situação de rua.

Sendo assim, abordar-se-á brevemente acerca do tema psicologia social e sua importância no campo das políticas públicas.

Quando se fala em psicologia social pode-se pensar que é uma área única, com princípios e conceitos singulares. Porém, de acordo com Vidal (2007), a psicologia social diferencia-se criando uma pluralidade dentro de seu campo teórico-prático. O autor expõe que, primeiramente conhecida nos Estados Unidos da América surge como forma de contrapor-se ao modelo manicomial, saindo do modelo de internação e levando o indivíduo para o *setting* terapêutico. Portanto, constitui-se de modo clínico levando-se em conta o sujeito individual.

Gonzáles Rey (2004) relata que nos anos 50 e 60 do século passado a psicologia social era reproduzida na América Latina de forma semelhante a norte americana. Isso porque, como países colonizados seguiam-se a tendência e o modelo ditado pela psicologia “de fora” e perdia-se assim o caráter revolucionário e criativo (Gonzáles Rey, 2004 e Sandoval, 2000). Porém, em um continente [América Latina] marcado pela “colonização, governos autoritários e exploração da miséria” (Góis, 2008, p. 282), começa a surgir uma insatisfação por parte de alguns profissionais da psicologia com tal modelo, ainda centrado na “universalização, ahistoricização, descontextualização e descompromisso com os problemas concretos da população” (Góis, 2008, p. 282). Dentro deste contexto, conforme afirma Sandoval (2000), os profissionais da psicologia social passam, então, a olhar a América Latina, sob a ótica de sua realidade própria, a de países subdesenvolvidos, ou seja, a “psicologia social não fez muito mais do que olhar para o que antes havia ignorado em cada esquina das cidades da América Latina: a criança mendicante, a mãe sem teto e o trabalhador desempregado” (Sandoval, p. 103). Assim, o marco teórico metodológico da diferença entre a psicologia social norte-americana e a latino-americana, surge da necessidade, de alguns psicólogos na América Latina, de manter um compromisso com a

realidade complexa dos processos psíquicos dentro da visão sócio histórica da população (González Rey, 2004).

Percebe-se então, que a diferença entre a psicologia social norte-americana e a latino-americana, se reflete mais do que em um problema teórico, mas principalmente em uma questão de paradigma. Como aponta Sandoval (2000), a psicologia social norte-americana foi delineada para os países desenvolvidos, enquanto as necessidades sociais no continente Latino Americano pediam por visão e ações mais voltadas para a realidade das comunidades (favelas, moradores de rua, entre outros). Pode-se complementar essa ideia com a contribuição de Pichon Rivière (1987) acerca do objeto de estudo da Psicologia Social na América Latina, que para ele é o estudo da constituição do sujeito através do processo dialético das relações de necessidades e a estrutura social. Este autor afirma que “o sujeito não é só um sujeito relacionado, é também um sujeito produzido. Não tem nada nele que não seja resultante da interação entre indivíduos, grupos e classes” (Pichon Rivière, 1987, p. 107).

Os profissionais na América Latina, então, passam a olhar o homem dentro de referenciais sociais, históricos e culturais, ou seja, como um ser bio-psico-sócio-cultural. Isso pode ser explicado por Bonin (1998) quando expõe:

a teoria histórico cultural considera importante a filogênese dos processos psicológicos. O ser humano ao nascer traz consigo determinados comportamentos inatos, ligados a sua estrutura biológica. Entretanto, no decorrer de seu desenvolvimento, é moldado pela atividade cultural de outros com quem ele/ela se relaciona (p. 59).

Ou, ainda, como afirma Bock (1999), o homem muda de acordo com a evolução das sociedades. O biológico do sujeito é a “sustentação de um desenvolvimento sócio-histórico, que lhe imprimirá possibilidades, habilidades, aptidões, valores e tendências

historicamente conquistadas pela humanidade e que se encontram condensados nas formas culturais desenvolvidas pelos homens em sociedade” (28)

Portanto, entende-se que as pessoas em situação de rua, de acordo com Castel (1998), são sujeitos portadores de uma história de vida, baseada em valores éticos de sua identidade pessoal e identidade social. Para Dechamps e Moliner (2009):

a identidade social refere-se a um sentimento de semelhança com (alguns) outros, enquanto a identidade pessoal se refere a um sentimento de diferença em relação a esses mesmos outros[...] a dinâmica entre semelhanças e diferenças, em diferentes níveis, marca a forma decisiva desta problemática. Nesta perspectiva, a identidade pode ser concebida como um fenômeno subjetivo e dinâmico resultante de uma dupla constatação e de diferenças entre si mesmo, os outros e alguns grupos. (p. 14)

Sendo assim, salienta-se que não é porque estes sujeitos estão vivenciando a situação de rua, que deixam de possuir sua identidade pessoal construída ao longo de sua história pessoal e, a partir dela apreender o mundo que o cerca. Dentro deste paradigma, Bock (1999) afirma ainda, que o que a natureza dá ao homem não é suficiente para a sua vida em sociedade e para essa convivência, é necessário que ele “adquirir formas de satisfazer suas necessidades, e para isso, deverá se apropriar das formas socialmente construídas de satisfação das necessidades” (p. 13).

Entendendo aqui, a subjetividade como o campo em que se dá a construção da identidade, por meio do conflito entre o que é meu e o que é do outro, entendemos que o sujeito se constrói na dialética entre o social e o individual, uma vez que, como relata Vigotski (1993), “a característica básica do comportamento humano em geral, é que os próprios influenciam sua relação com o ambiente e, através desse ambiente, pessoalmente, modificam seu comportamento, colocando-o sob seu controle” (p.68). Podemos ilustrar com o exemplo dos moradores de rua de todo o país, que, após acontecimentos como a

Chacina da Praça da Sé⁹, o índio Gaudino Jesus dos Santos, queimado em Brasília, dentre outros acontecimentos contra essa população, se uniram em grupos e passaram a lutar por tratamento mais justo e digno por parte da sociedade. Percebe-se então, que a emoção gerada por estes fatos motivaram o movimento da busca pela mudança da situação, o que é explicado por Gonzáles Rey (2003) quando afirma que a emoção “disponibiliza recursos subjetivos do sujeito para atuar” (p. 245). Esta emoção promove a mediação entre o subjetivo e o social, dando sentido aos fatos externos, tornando-os concretos para o sujeito. Sendo assim, “o indivíduo modifica o social, transforma o social em psicológico e, assim, cria a possibilidade do novo.” (Aguiar & Ozella, 2006, p. 225).

Este processo subjetivo de formação identitária (identidade pessoal e social) se dá no espaço comunitário, que para Martin-Baró (1989) é onde os confrontos de interesses pessoais e grupais, ou ainda, das necessidades comunitárias com os interesses de políticas públicas ocorrem. Para Montero (2003) esses conflitos de interesse se dão de forma assimétrica, ou seja, da maioria (quem exerce ou detém o poder) em opressão à minoria (grupo ao qual se priva o exercício de determinados recursos). E essas relações assimétricas geram situações de desequilíbrio que podem produzir efeitos patológicos sobre as pessoas e as relações com os grupos que a cercam, afetando assim as expressões da identidade pessoal.

Dentro da perspectiva aqui apresentada, de que o processo identitário se dá de forma sócio- histórica e entendendo que a mediação pode acontecer por meio da intervenção, seja de interesses sociais, de políticas públicas, pessoais ou mesmo pela atuação de profissional da psicologia, o papel do psicólogo comunitário em um grupo seria o de possibilitar aos atores sociais o desenvolvimento da consciência crítica, acerca das

⁹ Fato ocorrido em 19/08/2004 na Praça da Sé em São Paulo, quando 07 moradores de rua foram assassinados.

relações de poder que a envolvem com a sociedade. Pois, Montero (2009) diz que é sobre a consciência que se constrói a relação de poder, é sobre a sensação de uma necessidade e uma aspiração, sendo assim, a situação social é modelável e dinâmica e as ações sociais se transformam segundo seus interesses.

“Para que se crie a consciência crítica, é importante conhecer os pré-requisitos e elementos que configuram uma relação de poder, os quais são processos internos não observáveis: necessidades x aspirações, consciência da desigualdade de recursos e identificação dos recursos desejáveis” (Montero 2003, pg. 50), qual a origem e os processos que mantêm a relação dominante e quais recursos necessários para a minoria alterar a atual situação.

Tendo ciência de que o processo de influência social como aponta Montero (2003) não circulam em uma só via, mas são dinâmicas e se dão em jogo dialético de pressões e oposições, é essencial ao psicólogo social comunitário revelar, atacar e erradicar a naturalização, que é a generalização de todos os âmbitos da vida grupal de modo que, tanto fora quanto dentro do grupo, os sujeitos passam a se enxergar sob o papel atribuído pela maioria detentora do poder e opressora. A naturalização afeta o autoconceito, fazendo com que as pessoas se definam como desprovidas de características ou capacidades, bem como não acreditam poder desenvolvê-las para o benefício da maioria.

Sandoval (1994) aponta que “consciência é um conceito psicossociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas” (p. 59). O indivíduo já nasce inserido nas atividades do dia-a-dia e aos poucos adquire as habilidades necessárias para a vida diária dentro das exigências de sociedade específica. Recorre a definições gerais da realidade para entender

as experiências diárias e as utiliza para compreender novas experiências. As definições gerais servem para manter a vida rotineira e a coesão da sociedade.

No entanto, Sandoval (1994) aponta que “no exame da consciência uma distinção inicial deveria ser feita entre a ‘organização do conhecimento’ e o ‘estilo cognitivo’ de uma modalidade particular de consciência. O primeiro termo se associa ao que é conhecido, o segundo ao significado atribuído ao conhecido e vivenciado” (p. 61). Logo o significado que o indivíduo atribuiu ao seu ambiente social serve como guia para sua conduta. De acordo com o autor, de forma geral se a vida quotidiana segue seu curso, as pessoas tendem a encarar as coisas como não requerendo re-interpretação. Com frequência a consciência só é transformada pela interrupção da rotina diária, sair da espontaneidade e refletir e raciocinar acerca do conteúdo, da realidade. O quotidiano impõe uma forma de pensar imediatista e utilitária favorecendo o pensamento superficial. As pessoas não conseguem diferenciar o possível e o correto, fazendo juízos superficiais de valores para continuar no dia a dia com um mínimo de perturbação.

A conscientização envolve então, segundo Freire (1979) a aproximação crítica da realidade, ação e reflexão sobre o mundo, compromisso histórico e inserção crítica na história. “Implica que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (Freire, 1979, p. 15). A antiga realidade não é intocável e a nova realidade pode ser tocada. A conscientização é o caminho para a libertação, para sair da domesticação. É tomar posse da realidade, é desmistificar, desvelar a realidade.

Segundo Sandoval (1994) a rotina quotidiana apresenta um aspecto de alienação, que é expressa em suposições não questionadas da rotina diária. É a aceitação espontânea

de normas sociais, de desigualdades sociais, de submissão política. É uma visão estreita da sociedade, é o fortalecimento do conformismo. Mann (1982) apud Sandoval (1994, p. 66) aponta que “contanto que o indivíduo ‘comum’ se conforme ao desempenho dos papéis específicos dele esperados, as autoridades políticas não se preocupam em tentar mudar o seu sistema de crenças”. É o que Sandoval (1994) aponta que alguns estudos começam a demonstrar o aspecto manipulativo de algumas instituições, que não contribuem para que as classes baixas interpretem sua realidade. Daí a primeira sugestão de intervenção do psicólogo social comunitário. O desenvolvimento de trabalhos em albergues públicos com o objetivo de conscientizar a comunidade, em especial os trabalhadores do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) de sua realidade. Como cita Freire (1979), sair da posição de objeto e virar sujeito de sua história. E o indivíduo só vai virar sujeito quando realizar a reflexão sobre a sua situação e seu ambiente.

Se um dos princípios básicos (Montero, 2003) da Psicologia Comunitária é de que o controle e o poder devem estar centrados na comunidade, o objetivo do psicólogo é possibilitar a organização e as ações necessárias para que a comunidade use seus recursos, reconheça e atue com o poder que [a comunidade] possui, ou ainda busque novos recursos e desenvolva novas capacidades. O profissional de psicologia deve auxiliar na detecção de forças, capacidades não conhecidas, potencialidades e criatividade humana.

CAPÍTULO 04: METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa foi avaliar os programas de inserção social da política de assistência social, executados pelo município de Curitiba à população em situação de rua. Teve como objetivos específicos: levantar os programas existentes na política municipal de Curitiba; compreender o significado do trabalho para o morador de rua; verificar se há relação entre o trabalho e a inserção social, sob a ótica do morador de rua; levantar subsídios para os programas de inserção social a partir dos moradores de rua.

4.1 Ambiente da Pesquisa

De acordo com o site da FAS (2012), a Fundação de Ação Social é um órgão público, responsável pela gestão da assistência social em Curitiba. Atua de forma integrada a órgãos governamentais e instituições não governamentais, que compõem a rede socioassistencial do município. O atendimento acontece, em concordância com o SUAS, de forma descentralizada, nos nove núcleos regionais que compõe a administração do município de Curitiba/PR.

Para a população em situação de rua, o atendimento, também em concordância com o SUAS, ocorre em 03 equipamentos: O Centro de Convivência João Dorvalino Borba (CCJDB), o Centro de Referência Especializado da Assistência Social para População em Situação de Rua (CREAS POP) e a Casa da Acolhida e do Regresso (CAR). As entrevistas foram realizadas nestes três locais. No mês de dezembro do corrente ano, foi inaugurado o Centro Pop Portão, que se encontra em fase de estruturação do atendimento.

O atendimento para essa população inicia-se ou por busca espontânea, do sujeito no equipamento, ou por meio de abordagens realizadas pela equipe do CREAS em espaços públicos. A princípio, todos os usuários da FAS deveriam passar por entrevista social, cujo objetivo é a escuta da história, retorno familiar ou criação de projeto de vida, para a reinserção social. Também são atendidos com alimentação, higiene, albergagem,

encaminhamento para documentos, e oficinas sócio-educativas, além de encaminhamento para tratamento de dependência química em comunidades terapêuticas conveniadas.

As oficinas realizadas são:

- Oferecidas por parceiros da FAS: educomunicação, cidadania, expressão musical, *breaking*, artes visuais, canto, violão, atividade esportiva, fotografia, alcoólicos anônimos.

- Realizada por educadores da FAS: futebol, culinária, artesanato, legislação, jogos lúdicos, leitura.

- Realizada por voluntários: reciclagem, temas diversos.

- Realizadas pelos técnicos da FAS: oficina psicossocial e arte terapia (projeto de vida).

Durante o período que os sujeitos fazem uso dos equipamentos da FAS, eles são acompanhados pela equipe de educadores e técnicos, que os escutam e procuram conscientizá-los da necessidade da saída da rua.

A escolha dos locais de pesquisa foi baseada no pressuposto de Newman e Holzman (2002) de “uma psicologia não laboratorial, de interação pessoa-ambiente, isto é, o espaço vida /atividade em que as pessoas existem” (p. 34). Nestes equipamentos os moradores de rua se encontram com outros moradores, com os quais podem criar vínculos, além de participar de atividades que promovem a inclusão social, conforme preconiza o Projeto Rede Solidária para o Morador de Rua.

Para a realização da pesquisa de campo, em primeiro lugar a pesquisadora reuniu-se com as chefias de cada equipamento, com objetivo de apresentar e esclarecer os objetivos da pesquisa. Com a aprovação e incentivo destas, foi protocolado o projeto de pesquisa junto à FAS, solicitando autorização para realização do mesmo.

Em seguida foi encaminhado ao Comitê de Ética da Faculdade Evangélica do Paraná. Após o aceite, solicitou-se ao departamento de planejamento da FAS a autorização

para início das atividades. De posse da Carta de Aceite foi realizado o levantamento por meio de entrevistas com equipe técnica de cada equipamento e documentos de domínio público com o objetivo de verificar a forma de construção destes programas (protocolos).

Para o início das entrevistas, contatou-se a gerente do CREAS POP, a diretora do Centro de Convivência João Dorvalino Borba (CCJDB) e a gerente da Casa da Acolhida e do Regresso, quando foram prestados esclarecimentos sobre a pesquisa. Houve uma reunião com a gerente técnica do CCJDB, estavam presentes a gerência e a pedagoga do centro, onde a entrevistadora pôde observar a dinâmica do local, bem como a forma de construção de programas/atividades que acontecem no espaço. Neste momento, também se efetivou o planejamento da realização das entrevistas, bem como a seleção dos participantes conforme critérios pré-determinados: maiores de 18 anos que fazem uso dos serviços sócio assistenciais do município e que não estivessem sob o efeito de substâncias psicoativas.

4.2 Instrumentos utilizados

As pessoas selecionadas foram convidadas a participar das entrevistas. Foi apresentado a cada um dos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁰ para assinatura. Após os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa, deu-se início às entrevistas, as quais duraram em torno de 40 minutos cada uma.

A entrevista semi-estruturada¹¹, como afirmam Aguiar e Ozella (2006), faz uso da linguagem, que é o instrumento fundamental no processo de constituição do homem, pois transforma as vivências em signos, atribuindo-lhes significado e criando sentido para si mesmo e sua relação com o outro. Portanto, a entrevista semiestruturada provoca a expressão do sujeito, que externa seu pensamento possibilitando ao pesquisador a

¹⁰ Anexo 01

¹¹ Anexo 02

apreensão, através da palavra, dos sentidos subjetivos. As entrevistas foram capturadas por meio de notebook e gravador de voz.

Durante todo o processo de pesquisa, foram feitas observações de campo, da rotina de trabalho dos equipamentos, bem como da participação dos usuários da FAS. Estas foram anotadas no diário de campo, onde a pesquisadora registrou as observações realizadas durante a permanência no campo de pesquisa. Este instrumento foi escolhido por estar de acordo com a teoria de Gonzáles Rey (2002) de que os momentos informais são reconhecidos como produtores de informação;

A pesquisadora entende o homem como um sujeito constituído em um processo sócio-histórico, ou seja, que constitui sua subjetividade no processo dialético da história, cultura e sociedade. Para Gonzáles Rey (2005) a subjetividade aparece dispersa na produção total do sujeito, portanto se utilizada uma metodologia que busque validar ou legitimar os dados de uma entrevista de forma matemática, perde-se a verdadeira compreensão do sentido que emerge da fala do entrevistado. Por isso, como aponta Gonzáles Rey (2005, p. 121), “a ciência está muito mais envolvida com a criação e o desenvolvimento de zonas de sentido do que uma compreensão finalista do real”.

Para o tratamento dos dados foi utilizada a análise qualitativa, cujo objetivo é procurar sentidos e compreensão da subjetividade. O que é falado constitui os dados, e a análise deve ser feita como um “processo de construção de conhecimento, um movimento contínuo de vai e vem entre a construção, reconstrução intelectual e a experiência, caracterizando um processo de pesquisa flexível, dinâmico e complexo” (Mendonça, 2006, p. 53)

As informações obtidas foram sendo confrontadas, a todo o momento, com o referencial teórico. Seguindo pressupostos de Gonzáles Rey (2002), as análises foram feitas a partir de indicadores, que para o autor é um elemento ou conjunto de elementos

que surgem ao longo da pesquisa e que, na confrontação entre si e com a teoria, apresentaram significação. Para isto, o conteúdo transcrito das entrevistas foi lido e relido. Foi marcado e realçado, acrescentando-se notas e comentários. Buscando identificar a concordância no contexto de certas palavras, procurando padrões e conexões para descobrir um referencial mais amplo, bem como as contradições. O diário de campo, contendo as observações assistemáticas da pesquisadora, foi utilizado durante toda a análise, subsidiando a compreensão do sentido que os entrevistados traziam em seus discursos.

Sendo assim, além das categorias de análise previamente definidas (significado do trabalho para o morador de rua e relação entre o trabalho e reinserção social, sob a ótica dele mesmo), surgiram outras como: subjetividade do morador de rua, contradição entre sentido e ação e clientelismo.

4.3 Sujeitos

Participaram da pesquisa 09 moradores de rua, sendo 08 do sexo masculino e 01 do sexo feminino. Todos em idade economicamente ativa, ou seja, 67% entre 24 e 29 anos, 11% entre 30 e 40 anos e 33% entre 40 e 51 anos de idade. 44 % são naturais de Curitiba/PR, 33% afirmam ser do interior do Paraná e 11% de outros estados. 100% dos entrevistados são alfabetizados. Destes 33% possuem o ensino médio incompleto. Nenhum dos entrevistados estudava no momento das entrevistas.

Os principais motivos da caída na rua são: 44% em uso de álcool e outras drogas, e 55,5% conflito familiar. 100% dos entrevistados afirmaram fazer ou terem feito uso de álcool e outras drogas.

Em relação aos vínculos afetivos, 78% dos entrevistados afirmam possuir contato frequente com seus familiares e, mais da metade 67% informam não possuir vínculos afetivos com outras pessoas que vivem na rua. Apenas 01 dos entrevistados não possui

algum documento, sendo que 78% possuem todos os documentos necessários para a inserção em atividade laboral formal (necessários para o registro em carteira profissional). 55,5% dos entrevistados afirmam ter iniciado atividade laboral remunerada na infância ou início da adolescência (entre 5 e 13 anos). 100% dos entrevistados contam que possuem profissão e, atualmente, 89% exercem atividade laboral remunerada. Um dos entrevistados possui vínculo trabalhista com a mesma empresa há 33 anos e outro entrevistado nunca trabalhou.

4.4 Limites da pesquisa

Uma dificuldade encontrada durante a pesquisa foi a falta de documentos referenciando a construção dos serviços sócio assistências. Cada equipamento possui o seu protocolo de atendimento, porém, durante o processo de pesquisa, estes estavam em construção pelas equipes da FAS [cada equipamento].

CAPÍTULO 05: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Avaliar a efetividade dos programas de inserção social da Política de Assistência Social, executados pelo município de Curitiba, sob o ponto de vista do morador de rua foi o principal objetivo desta pesquisa.

Para a construção do conhecimento, confrontou-se a todo o momento, os dados obtidos e a teoria estudada e, assim, aglutinaram-se as informações que se repetiam, criando-se novas categorias de análise. A princípio, as categorias pensadas foram: **significado do trabalho para o morador de rua**, uma vez que inseridos em um sistema de governo neoliberal, o discurso vigente é o da reinserção social por meio da atividade laboral remunerada, e **relação entre trabalho e reinserção social**. Como a reinserção social aparece ao longo da análise do discurso dos moradores de rua em todas as categorias aqui trabalhadas, optou-se por suprimi-la.

Neste sentido, as demais categorias encontradas foram: **identidade pessoal do morador de rua**, **contradição entre significado e ação** e **clientelismo**. Estas surgiram a partir da análise das entrevistas, pois se percebeu que, apesar da singularidade de cada sujeito e das diferentes formas como estes se colocam frente à vida, alguns sentidos se repetiam.

Agora será feita uma breve descrição dos moradores de rua entrevistados. Em seguida passar-se-á a análise de cada uma das categorias, supramencionadas na seguinte ordem de apresentação: **identidade pessoal do morador de rua**, **significado do trabalho**, **contradição entre significado e ação** e **clientelismo**.

5.1 Descrição dos moradores de rua entrevistados

M1 é um homem branco de 51 anos, nascido no interior do Paraná. Conta que o fato que mais o marcou foi a frustração por não ter realizados sonhos de criança como fazer uma faculdade de odontologia ou jogar futebol. Relata que esteve várias vezes na rua,

e desta vez está há três anos, mesmo tempo que não mantém contato com a família. Relata ser padeiro profissional e ter trinta e cinco anos de experiência na profissão. Acredita que sua escolaridade, ensino fundamental incompleto, atrapalhe a entrada no mercado de trabalho, mas não em sua profissão de padeiro. Denota orgulho de si ao falar da profissão. Afirma trabalhar desde a infância. Trabalho para ele significa dignidade. Alega que o motivo que o levou para a rua foi o uso de drogas. Sobre os serviços sócio-assistenciais, diz que são bons, mas não percebe mudança em sua vida por meio da participação. Sugere que os profissionais prestem uma escuta mais atenciosa a cada morador de rua e que os programas tenham regras mais rígidas no que tange a entrada, por exemplo, sugere que quem tenha feito uso de substância psicoativa não possa entrar nos equipamentos. Quanto à reinserção social, acredita que esta se dê por meio do trabalho, mas para que isto ocorra, é necessário primeiro tratar a dependência química.

M2 é homem branco de 39 anos. Nasceu no interior do Paraná. Relata que iniciou suas atividades laborais na infância para ajudar a mãe em casa, uma vez que o pai era usuário de álcool e não levava dinheiro para casa. Diz que sua situação de rua é intermitente, ou seja, passa um tempo na rua, reinsere-se por meio do trabalho, faz uso de drogas ao receber o salário e volta para rua. Atualmente M2 faz aulas de violão no Centro POP João Dorvalino Borba. Para ele trabalho é a “dignidade do homem” (SIC). Para ele, pessoa digna é não usar droga. Quanto aos programas sócio-assistenciais, afirma que eles são bons, mas é uma questão de escolha participar e conseguir mudar sua condição de vulnerabilidade.

M3 é mulher branca de 46 anos. Nasceu em Curitiba e relata estar na rua há vinte e cinco anos. Afirma que o motivo que a levou para a rua foi desentendimento familiar (não aceitou a nova mulher do pai, após a morte da mãe). Afirma não fazer uso de drogas “só o álcool mesmo” (SIC). Verbaliza nunca ter trabalhado e possui BPC. Afirma desconhecer

qualquer programa de reinserção social, apenas comunidades terapêuticas para tratamento de dependência química.

M4 é homem branco com 24 anos. Afirma não possuir qualquer documento, bem como nunca ter trabalhado com registro em carteira profissional. Conta que o fato que mais o marcou foi quando, em decorrência de uma briga, ficou em coma. Diz que quando acordou, fugiu do hospital para usar “essa maldirá droga” (SIC). Verbaliza que sua situação de rua se dá de forma intermitente, com permanência de quatro anos da primeira vez, um ano da segunda e desta última está há três meses. O motivo que o leva para rua é o uso de drogas e não possui convivência com outras pessoas, embora tenha contato frequente com a família. Para ele trabalho significa “uma vida boa”, onde as pessoas não levam “ordens” de outras pessoas. Conta que ao participar dos programas sócio-assistenciais, percebe sair da invisibilidade, porém afirma que a participação não muda em nada sua condição.

M5, homem branco com 24 anos. Nascido em São Paulo, veio à Curitiba em busca de trabalho. Conta que saiu de casa em decorrência de conflitos familiares ocasionados pelo uso de drogas. Porém, possui contato diário com a mãe. O fato que mais o marcou foi ter sido adotado, ainda quando bebê. Está há seis meses em situação de rua e sempre ter tido dificuldade na continuidade de atividades laborais, mantendo-se poucos meses ou dias em cada emprego. Para ele reinserção é ter seu próprio espaço, mantido pelo salário. Afirma que faz uso dos serviços sócio-assistenciais como forma de reequilibrar-se e buscar autonomia. O morador diz que emprego digno é aquele que exige escolaridade e sugere como programa de reinserção social: a educação voltada ao mercado de trabalho formal.

M6 é homem branco com 29 anos. Relata que sua vida foi muito sofrida devido ao envolvimento com drogas. Relata que ficou preso e saiu há um ano, neste período, segundo ele, está abstinente e quer mudar de vida, procurando um emprego. Afirma que o motivo

que o levou para a rua foi um conflito familiar em virtude do descrédito que possui frente à sua esposa, isto porque sempre fez uso de drogas. Apesar de ter saído de casa, possui vínculo e contato com a esposa e filha. Em relação ao trabalho, tem preferência pela atividade informal, por ter maior remuneração e ser mais fácil, sem tantas regras. Verbaliza que, para o morador de rua, reinserir-se na sociedade é necessário que deixe de fazer uso de drogas e insira-se em atividade laboral. Fala que estar na rua e sair dela é uma questão de escolha.

M7, branco com 47 anos, é nascido no interior do Paraná. Afirma que já ficou mais de uma vez em situação de rua. Atualmente está há quatro meses. Segundo ele, o motivo que o levou para a rua foi o uso contínuo de drogas, o que o levou a fazer muitas dívidas, deixando-o sem possibilidade de custear seu dia a dia. M7 conta que começou a trabalhar na infância e está na mesma empresa há trinta e três anos, com registro em carteira. Verbaliza que o trabalho é essencial, inclusive para manter seu vício, pois não consegue se imaginar roubando para obter a droga. Relata possuir contato frequente com avó e irmãs.

M8, jovem branco de 25 anos, nasceu em Curitiba. A genitora faleceu há seis meses, período que voltou a fazer da rua sua moradia. Relata que nos últimos oito anos, por várias vezes já esteve em situação de rua, e que isto foi uma questão de escolha, pois preferia sair de casa para usar a droga, que segundo ele faz uso desde os 13 anos, a permitir que a mãe o visse fumando o crack. Conta que o fato que mais marcou sua vida foi a separação dos pais quando tinha 12 anos. Após a separação morou tempos na casa da mãe em Joinvile/SC, tempos na casa do pai em Paranaguá/PR. Como motivo para a escolha de ir para a rua foram os conflitos familiares e não o uso de SPA. Fala da mãe como uma pessoa batalhadora, que por meio do trabalho conseguiu estruturar sua vida material, comprando carro e casa. Continua tendo contato frequente com o pai e irmãos. Diz que quando começa a trabalhar percebe que sua auto estima aumenta e cria novas perspectivas,

mas que não mantém continuidade em empregos por gastar toda a remuneração com SPA no fim do mês, bem como esta atitude o desestrutura e começa a faltar o trabalho levando-o a ser demitido. Diz que teve três empregos em três meses. Verbaliza que para a reinserção social é necessário trabalhar para manter-se, mas que para trabalhar, primeiro tem que tratar a dependência química. Em relação aos serviços sócio-assistenciais, informa que conhece as oficinas no Centro POP João Dorvalino Borba, mas que não o atraem. Diz que esses serviços auxiliam em 100% a saída da rua, porém sem autonomia, pois segundo ele, as pessoas passam a dormir no albergue, ficar o dia nos Centros POPs e acomodam-se, não buscando a reinserção por meio de trabalho.

M9 é homem branco, com 33 anos e nascido em Curitiba. Conta que foi adotado pelos padrinhos, apesar de ter convivido sempre com a mãe biológica. Diz que este fato o faz sentir-se diferente dos irmãos, sente-se abandonado. Possui contato frequente com a mãe biológica, tios e ex-mulher. Relata estar na rua há sete anos de forma intermitente e alega que o motivo da caída na rua foi conflito com a esposa em decorrência do uso de drogas. Considera ter sido positiva sua ida para a rua, pois via todos os moradores de rua como “vagabundos” e “drogados”, mas que mudou de opinião, pois percebeu que muitos não fazem uso de drogas, só de álcool. Conta que após ter ido para rua, aprendeu a “pedir”. Quanto ao trabalho, conta que começou a trabalhar quando era criança, e que este é o meio de sobrevivência tanto econômico quanto emocional. Verbaliza que quando usa droga, tem que sair de casa e do trabalho. Mesmo estando na rua, manteve sua individualidade, trabalhando para manter alguns *hobbies*, como futebol e alugar um quarto nas segundas para assistir tela quente. Afirma que os moradores de rua não conseguem a reinserção social porque, mesmo que iniciem uma atividade laboral, ao receber o primeiro salário, gastam em crack e já desestruturam a rotina necessária para a manutenção do trabalho.

Fala que os serviços sócio-assistenciais são apenas para a retirada da pessoa do espaço físico da rua, mas não trabalham no sentido de reinserção social.

5.2 Identidade do Morador de Rua

A falta de respostas aprofundadas acerca da categorização¹² das pessoas que vivenciam a situação de rua impede o entendimento de histórias importantes para a formulação de políticas públicas eficientes (Mendonça, 2006). A categorização permite a organização e sistematização do entorno por meio de um “compromisso entre os aspectos “objetivos” da realidade e a subjetividade dos indivíduos” (Dechamps e Moliner, 2009, p. 29). Por isso a categoria de análise Identidade do Morador de Rua, buscou analisar as características individuais e as que são comuns ao morador de rua, bem como procurou conhecer o modo como estes percebem as influências sociais e culturais em sua motivação para a saída para a rua.

Quando este sujeito nos chega para atendimento, vem com solicitações variadas: frio, fome, sono. Desejo de higiene, de tratar a dependência química, dentre outros. Ele traz junto com essas necessidades, um desejo maior, o de ser acolhido. Mas afinal, por que esta pessoa está na rua?

A partir do resultado desta pesquisa, percebeu-se que de forma geral há uma consonância com a Pesquisa Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2008), em relação aos principais motivos que levam o sujeito a vivenciar essa situação: alcoolismo e/ou outras drogas, desemprego e conflito familiar.

¹² Categorização, para Tajfel (APUD Deschamps e Moliner. 2009, pp. 28 e 29): remete aos processos psicológicos que tendem a organizar o entorno em termos de categorias: grupos de pessoas, de objetos, de eventos (ou grupos de alguns de seus atributos) enquanto são semelhantes ou equivalentes uns aos outros para a ação, as intenções ou as atitudes de um sujeito.

Antonelli (2012) afirma que o uso de drogas pela população em situação de rua não é o motivo, mas sim uma estratégia de sobrevivência, ou seja, que o uso se dá em decorrência da situação de extrema vulnerabilidade. Este fato é contraposto em todas as entrevistas realizadas, bem como nas observações do diário de campo, onde os sujeitos afirmam que já faziam uso de substâncias psicoativas antes da caída na rua e verbalizam que a droga os mantém na rua, mesmo quando dela [a rua] pretendem sair. A gerente da Central de Resgate Social reafirma o dado levantado por esta pesquisa quando expõe, na mesma matéria da Gazeta do Povo: “Aproximadamente 80% usam drogas”, e complementa informando que há ex-universitários e bacharéis que vão parar nas ruas por causa do vício (Kusmann apud Antonelli, 2012).

100% dos entrevistados afirmaram fazer uso de álcool e/ou outras drogas, bem como terem em sua trajetória, conflitos familiares. M1¹³, por exemplo, ao ser questionado sobre o motivo que deixou a sua casa relata:

M1: “Drogas. Drogas... eu usava drogas... em casa... é... eu tinha mulher e filhos, e não queria que me vissem em casa fazendo uso, dá mau exemplo pra eles. Eu pensei... então eu ter que sair de casa pra num estragar o resto... do negócio né?”

M1 ao dizer que preferiu sair de seu lar e ir para a rua, a continuar dando mau exemplo aos filhos, mostrou a importância que dá em preservar a família, porém, denotou que a substância psicoativa ainda ocupa uma posição de destaque frente a sua família, ao escolher “sair com a droga”. Não obstante, a escolha tenha sido feita pela droga ele percebe que tal decisão é contraditória, porque ao mesmo tempo em que ela proporciona prazer, também retira a possibilidade de sentir-se digno das relações com pessoas que não

¹³ M refere-se a resposta do/a entrevistado/a (morador/a de rua) e a numeração identifica os/as moradores/as. P designa a pessoa da pesquisadora.

vivenciam a situação de rua. Isto ficou claro quando afirmou querer tratar sua dependência química, pois dignidade para ele é estar abstinente:

M1: “Eu to pedindo, eu pedi pra ir pruma clínica evangélica porque... eu fui evangélico, né? E é... aqui eu não tenha nada que reclamar, mas... é... mas tem muitas pessoas usuárias que tragam drogas pra gente... e, já faz 01 mês que não uso, to recente, eu quero me restabilizar bem pra voltar pra sociedade como uma pessoa digna...”

M5, também afirmou ter sido a droga um fator importante, porém, atribuiu ao conflito familiar o que culminou na sua caída para a rua:

M5: “Foi uma briga com minha mãe. Aí eu já tava com vontade de sair já, aí eu juntei minhas malas...”

P: “E essa briga com sua mãe, se deu por quê?”

M5: “Drogas”.

A partir disso, percebeu-se que conflito familiar e uso de drogas apresentam uma relação intrínseca na relação que o sujeito constrói com a rua. Não foi possível, a partir dos relatos identificarem-se a ordem da causalidade, ou seja, se o uso de substâncias psicoativas gera os conflitos familiares ou se este é que leva o sujeito a fazer o uso. Também apareceu a questão do trabalho relacionado ao uso de drogas. Apesar do afastamento do emprego não ter sido apontado de forma direta por nenhum dos entrevistados como o motivo da caída na rua, o trabalho aparece nos discursos demonstrando a incapacidade de manter uma organização pessoal necessária para a manutenção das atividades:

M9: “Ah, teve um ali que há 01 mês tava trabalhando e tinha seu canto, agora vim aqui hoje visitar a casa¹⁴ e passar pela saúde. Encontrei tinha saído do trabalho. É... recebeu o primeiro pagamento, foi usar crack.”

E, mesmo o trabalho aparece interligado com os outros dois motivos apontados. M9 ilustra bem essa relação. Ele conta que mesmo em situação de rua sempre trabalhou, e que usava a remuneração para manter a droga e, o que ele considera regalias, como alugar um quarto nas segundas e quartas feiras para assistir tela quente e futebol. Foi somente quando encontrou o tio que sentiu vontade de reinserir-se socialmente, que segundo ele é voltar para o convívio da família, ter uma residência fixa e trabalhar para manter seu dia a dia:

M9: “Eu preciso voltar pra sociedade. falei nossa já to com 30 anos de idade, não quero ficar igual a... tem nego aqui que... logo que eu vim pro centro o cara já ta a 15, 20 anos na rua. Poxa, eu tenho família, tenho filhos, né.”

P: “Você considera que tem uma estrutura de família diferente de quem ta há quinze, vinte anos na rua?”

M 9: “Óia, eu acredito que sim. Sendo que... meu sou daqueles meio que daqueles orgulhoso. Demorei todo esse tempo pros meus familiares me falarem, virem atrás de mim. Né? Eu sou daqueles que... ah, eu guardei um pouco de mágoa da família também, daí eu chutei o balde mesmo, não quero saber de mais ninguém. Pra mim morreu todo mundo. Daí depois desse tempo, eu tava aqui nesses negócios na... negócio de digitação, na... Barão do Rio

¹⁴ Centro Pop João Dorvalino Borba

Branco daí encontrei o meu tio. Daí tava passando ali, encontrei ele do nada. Ah... daí implorou porque tava precisando de um cara como eu, que sou profissional de carpintaria né, daí queria porque queria, daí me deu o endereço da antiga casa. Ah daí chegou num sábado e eu falei vou lá... o que foi diferente, que me motivou a sair da rua... porque primeiro porque é meu tio né, dá a reaproximação com a família, né?”

Pudemos aqui, ilustrar o quanto estes três motivos estão interligados, sendo determinados e determinantes nas escolhas individuais. Porém, as escolhas são feitas baseadas no sentido pessoal que cada fato ou objeto possui. Sentido este que, de acordo com Vigotski (1993) e Aguiar e Ozella (2006), é construído na relação e na ação com o meio.

Para um grupo de moradores de rua que fazem parte do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, percebeu-se a diferença do sentido que a droga faz. Para estes ter como principal motivo o uso de álcool e/ou outras drogas é um fator que pode estigmatizar ainda mais uma população que já carrega a exclusão em sua história. Esses moradores, vinculados a um grupo que possui participação ativa na vida social e na luta pelos direitos, lhes confere uma significação de si mesmos como responsáveis pela construção de sua própria história. Como pode ser visto no site falarua.com:

Todos os que integraram esse processo viram a importância da participação como exercício do protagonismo da população em situação de rua no trabalho de constituição de lei federal com previsão de financiamentos nos respectivos ministérios para atendimento desse segmento populacional. (obtido em 13/11/2012)

Já os moradores de rua que foram entrevistados para a presente pesquisa, fazem uso dos serviços sócio assistenciais, porém 100% afirmam não fazer parte de qualquer grupo comunitário. Isto os torna mais suscetíveis às influências externas e à fragilidade do poder de decisão frente às escolhas. Resgatando Vidal (2007) e Montero (2003), a participação comunitária é essencial para o desenvolvimento da cidadania, e o fato destes sujeitos não a exercerem, não os compromete com as responsabilidades de autogestão e mudança de sua situação, permitindo assim, que o estigma social os cristalice na posição de sujeitos inaptos para a o mercado de trabalho e vivência em sociedade. Sendo assim, podemos levantar a seguinte questão, o sujeito se enxerga uma pessoa sem habilidades, para que se movimentar, ou seja, ter atitudes que o levem em direção à reinserção social? Mais fácil continuar onde está. E este movimento pode ser explicado analisando o Estado Capital, como já explicitado no capítulo 1.

O fato é que, apesar de cada sujeito expor o motivo de forma diferenciada, há um processo dinâmico e dialético entre as ações individuais, as forças do meio em que se vive e as escolhas realizadas. Ou seja, o que se percebeu é que os três principais motivos de caída na rua apontados aqui, não acontecem separadamente e cada um a seu tempo, mas de forma concomitante e dialética.

Apesar deste processo dialético que leva o sujeito a morar na rua, cada um de forma individual, significou sua trajetória e sua saída de casa de forma particular. Percebeu-se nos discursos, que para alguns, morar na rua, aparentemente não traz sofrimento...

M9: “eu sempre falo, brinco com ela [esposa], que a questão deu ter vindo pra rua pra mim, até certo ponto foi muito bom, porque eu aprendi coisas que jamais eu ia aprender na vida.”

... enquanto que, no discurso de outros sujeitos percebeu-se que projetam no outro, morador de rua, os estigmas sociais que esta condição traz. Essa é uma forma, de acordo com Mendonça (2006), de proteger sua subjetividade, pois procura desvincular-se da imagem naturalizada de “mendigo, vagabundo”, dentre outros:

M1: “eu convivo com essa galera tem anos assim, mas eu sou daquele cara que consome, mas não todo dia, 24 hora por dia, diariamente, tipo escravo do bagulho assim, não pensa em outra coisa, eles deixam de ficar com a família, de tomar banho pra fica na rua, na chuva mesmo... eu achava pra mim que era interessante, mas acho que tem gente que acho que... faria melhor, uso melhor assim, no caso né?”

5.3 Significado do Trabalho

O trabalho apareceu presente no discurso de todos os sujeitos. 44% dos entrevistados afirmaram terem iniciado suas atividades laborais na infância ou adolescência, por necessidades materiais.

Autores como Maciel (2003), Sachs (2003), Mendonça (2006), Silva (2006), e Zazula Beatriz (2007), falam da crise gerada na relação do sujeito com o trabalho a partir da modernização tecnológica, evidenciando o fato da criação de uma população não capacitada para a inserção neste novo cenário, a qual exige profissionais cada vez mais educados tecnicamente. Em concordância com a teoria, percebeu-se que estes sujeitos que vivem em situação de rua foram ficando cada vez mais aquém do que a sociedade acredita ser o nível de educação necessária para “brigar por uma colocação em um mundo do trabalho tão competitivo”. Fato que pôde ser observado pela baixa escolaridade. 100% dos entrevistados afirmam que seu nível de escolaridade dificulta a entrada no mercado de

trabalho e sugerem que os programas da política de assistência social ofereçam cursos mais voltados para a prática do mercado de trabalho, bem como a oferta real de trabalho. Na entrevista com M9, este conta que faz uso dos serviços sócio assistências e que participa das atividades oferecidas pelo Centro Pop João Dorvalino Borba, mas apresenta desânimo em seu discurso ao comentar que não percebe efetividade para a saída da rua:

P: “No teu conhecimento, quais são os programas que a assistência social oferece?”

M 9: “Uai, eu não vejo muita opção fora a casa aqui.”

P: “Não tem outra coisa?”

M 9: “não tem outra coisa, a não ser a Central mesmo. Se não é a casa aqui...”

P: “O que você acha que esses serviços que você conhece oferecem?”

M 9: “Na verdade aqui é pra você não ficar na rua.”

P: “Mas tem oficinas não tem?”

M 9: “Tem, tem, mas ahhh sei lá... mas não tem o porque... é só pra fazer uma apresentação tipo... de violão. Eu acho assim que deveria ter mais cursos, tipo... podia ter elétrica predial, pegava diploma.... Então, assim, seria mais legal. Arruma uma fábrica aí pra nós fazer curso e coloca nós no mercado.”

P: “Mas o Liceu não faz isso?”

M 9: “Mas eu acho que eles aqui deveria incentivar o morador. Dá um gelo, igual eu falo na piazada.”

Apesar de a educação estar contemplada na Constituição Federal de 1988 como um direito de todos, os moradores de rua a percebem como uma questão de oportunidades e

não de direito. M1 quando fala de fatos que marcaram sua vida, lembra-se de sonhos que teve e que foram frustrados pela falta de oportunidades. Relata que em virtude do genitor ser alcoolista e não auxiliar financeiramente em casa, ele e o irmão precisaram deixar os estudos muito cedo para trabalhar:

P: “Me conte sobre sua vida, o que você lembra desde que nasceu?
Algo assim que tenha marcado sua vida.”

M1: “Ah, na adolescência, alguns sonhos que eu tinha que ali com 22, 23 anos achava... eu achava que ia ta concretizado e acabou não acontecendo... e... isso me frustrou, me frustrou...”

P: “Que sonho você tinha?”

M1: “Ah... não sei, fazer capoeira, estudar... fazer alguma coisa assim, tipo odontologia, ou futebol, sempre tive esses pensamento loco assim, tipo ser jogador de futebol. Chegou um dia com 22, 23 anos vi que nada disso aconteceu, e pouca chance que eu tive assim e acabei me frustrando.”

Não obstante a baixa qualificação, 89% dos entrevistados relataram possuir algum tipo de atividade remunerada. No discurso de M5 pudemos observar que empresta do trabalho um sentido de visibilidade e importância em relação a si mesmo, quando se refere à profissão que exerce com orgulho:

M5: “Sou padeiro profissional, 35 anos de profissão e coloco muito padeiro no bolso, não sou o melhor mas... não deixo ninguém na minha frente também.”

Apesar de M5 denotar um sentido de importância em relação ao trabalho, que vêm baseado em suas experiências anteriores, observou-se também que algumas falas transparecem sentidos idealizados acerca do trabalho, o que pôde ser visto na fala de M4.

Ele fala da inserção no mercado de trabalho formal como uma “chave para liberdade”, pois acredita que não haverá regras a serem seguidas, uma vez que possuiria a carteira de trabalho assinada e receberia salário mensal. Vale ressaltar que M4 afirmou nunca ter trabalhado no mercado formal, pois exerceu atividade como coletor de material reciclável.

P: “O que o trabalho significa pra você?”

M4: “Ah cara, uma vida boa né cara, tipo...uma vida que você mesmo conquistando seu dinheiro, você mesmo impõe né suas obrigações, tipoooo, não tem ninguém pra falar, tipooo, eu que to ganhando meu dinheiro então quem manda no meu dinheiro sou eu né cara. Ninguém vai, ficar levando ordem das outras pessoas, né?”

Quando questionamos o significado do trabalho para o morador de rua, 89% respondem que este é essencial para a reinserção social e o conceituam como uma solução em busca de uma vida digna:

M 1: “dignidade... solução de muitos problemas né?”

M 5: “Ah o trabalho é... como eu posso dizer?... è bom, traz dignidade né? É o nosso sustento é o nosso suor né? Então... na Bíblia o Senhor diz já né... do seu suor comerás e beberás. Já é de muito tempo que o homem tem que trabalhar e se sustentar né?”

M 6: “Ah, estabilidade financeira né? (...)Segurança né? O próximo dia pro meu filho ter o que comer”.

Mas, se o trabalho é a solução para a reinserção social, na opinião de 89% dos sujeitos entrevistados, e se estes mesmos 89% exercem algum tipo de atividade laboral formal ou não, não será essa visão do trabalho, algo idealizado a partir das do discurso social que traduz os ideais capitalistas?

5.4 Contradição entre Significado e Ação

O que vem percebendo-se até aqui na leitura e releitura do discurso desses sujeitos, é uma contradição entre o que verbalizam (significado) acerca de trabalho, família e reinserção, e a forma como se colocam frente a estas questões.

Isto porque, apesar da pluricausalidade de motivos que levam o sujeito a vivenciar a situação de rua e da desestrutura da rotina diária, mostraram-se ainda vinculados ao conceito de reinserção social como autogestão de suas vidas por meio do trabalho. Abre-se então, um processo de dicotomia entre o sujeito que se consegue ser e o que se deseja ser.

É sabido que desde a Revolução Industrial o capitalismo cria formas de “chamar” o cidadão a ocupar um posto de trabalho¹⁵, que alimenta a produção e faz o capital girar. Este mesmo sistema continua vigente e povoando os ideais das classes dominantes, que pôde ser percebido por meio das observações de campo, quando alguns trabalhadores do SUAS fazem pontuações quanto a serem contra a forma de distribuição de renda por programas como o BPC e o Bolsa Família, por acreditarem que é uma ação paternalista da política de assistência social. Porém, não se pode criar o paradigma de que esta forma de pensar é um senso comum entre os trabalhadores do SUAS em Curitiba, uma vez que há inúmeros profissionais que entendem tais programas como forma de iniciar-se um processo de reorganização básica da subjetividade do sujeito, ou seja, possibilitar condições mínimas de voltar seu olhar ao mundo externo, já que, uma pessoa que se encontra acometida de necessidades básicas, geralmente está mais voltada a buscar a saciedade, como forma de sobrevivência.

¹⁵ Como exemplo a Lei dos Cercamentos de Terras, quando a Monarquia inglesa no século XVIII, expropria terras que estavam cedidas à agricultores. Assim, os cidadãos eram forçados à migrarem para as cidades. E, na necessidade da manutenção diária, acabavam por abastecer o mercado de trabalho em forma de mão de obra barata.

É possível ver nestes relatos a filosofia neoliberal, onde o mercado de trabalho é quem deve regular as relações, com uma intervenção mínima do Estado.

Essa crença da política social como caridade, tanto por parte da sociedade quanto de alguns colaboradores dos serviços sócio assistenciais, vem sendo transmitida ao longo da história, em virtude da própria construção desta política. Percebeu-se que os próprios moradores de rua reproduzem esse discurso, o que gera então, contradições entre o discurso e a ação.

Isto porque a constituição do sujeito se dá pela linguagem, sendo assim, ele internaliza a cultura vigente em seu contexto. Essa internalização é mediada pela sua identidade pessoal e social, por isso, é necessário entender o sentido de determinado conceito em sua subjetividade. Como pudemos ver, eles significam o trabalho como algo de extrema valia, tanto que, buscam a reinserção social por meio dele: 89% dos entrevistados afirmaram exercer atividade remunerada. Porém, qual o sentido que esta ação tem em sua vida, uma vez que foi observado também que, 78% destes inserem-se no mercado de trabalho, formal ou não, de forma intermitente? Não há para esses 78% continuidade em qualquer atividade laboral, provocando idas e vindas para a rua (já que relatam sair da rua quando trabalham). O relato abaixo ilustra esta descontinuidade:

M5: “Tenho experiência com cozinha, como auxiliar. Só não tenho registro na carteira porque eu trabalhava um pouco, aí não pegava firme no emprego, aí tinha proposta de... de... crescer de cargo, é. Aí eu saía, aí eu perdi várias oportunidades aí. Aí era pra eu tá com uma faculdade já... era pra mim tá bem.”

Apenas um dos entrevistados nunca exerceu atividade laboral, enquanto outro entrevistado afirma estar na mesma empresa, com vínculos empregatícios há trinta e três anos. Para este último o trabalho “é o ar que eu respiro”. Ele relata já ter passado por

inúmeros internamentos para tratamento da dependência química e no momento da entrevista estava em licença médica.

E aí voltamos a um questionamento feito na introdução deste estudo: será que os moradores de rua, com toda sua história de estigmatizações advindas do “outro inserido na sociedade”, que os pressionam de forma naturalizante, conseguem se adequar ao mercado de trabalho atual? Cenário de competições, geração de estresse, falta de horas para descanso, exploração do trabalhador, cobrança por produtividade, alcance de resultados?

M8: “na rua eu vejo as pessoas mais unidas, mais sinceras do que lá no meio. Tipo, se eu to numa empresa assim, a qualquer momento tão querendo me derrubar, tão querendo pegar meu lugar, tão querendo fazer melhor do que eu. Viver na rua é bem mais fácil”.

Mesmo M8 acreditando que viver na rua é mais fácil, ele significa o trabalho como um meio para a reinserção social:

M8: “Reinserção Social é voltar pra sociedade, andar no meio das pessoas de novo... trabalhar é essencial porque... você ta recuperando a auto estima, já não precisa depender de outras pessoas... eu to aqui... eu acho legal, eu acho um bom trabalho, um bom projeto, só que eu to aqui ao mesmo tempo eu to pensando, eu posso ta trabalhando...”

Ouvindo esses sujeitos percebeu-se que, apesar de significarem tanto o trabalho quanto as relações familiares como importantes e necessárias para a saída da rua, há algo que os impede de colocar o discurso em ação. Esse algo não é visível, não é palpável e não se traduz em números. É o “algo” que frustra os trabalhadores do SUAS e que os fazem desacreditar na reinserção, como pude observar no campo de pesquisa. E essa frustração

somada as estigmatizações sociais, e aos motivos que levaram o sujeito para rua, operam força no sentido da naturalização da situação de vulnerabilidade. A naturalização, de acordo com Montero (2003), é a generalização de todos os âmbitos da vida grupal. Isto faz com que, tanto fora quanto dentro do grupo, o sujeito passa a se enxergar sob o papel atribuído pela sociedade detentora do poder. O que afeta o autoconceito e faz com que as pessoas se definam como desprovidas de características ou capacidades, bem como não acreditam poder desenvolvê-las.

M8 denotou em uma de suas falas (quando se refere a uma assistente social que, em sua opinião, passava muito tempo no albergue que fazia uso), a identificação com o estereótipo social criado na história com a finalidade de marginalizar o excluído...

M8: “Ela vai no albergue e faz tudo, ela arruma serviço, arruma lugar pra ficar. Ela ajuda muito. Uma vez até o marido brigou com ela, dizendo que gostava mais de ficar com os *mendigo* que com a família” (sic).

... enquanto que M3 traz fala da dificuldade de superar essa naturalização:

M3: “Mais difícil é tratar o vício da rua que o da droga”.

Este contexto denota uma aparente inércia dos moradores de rua, mas como pudemos observar, a dificuldade da mudança se dá em um processo complexo, pluricausal, onde a história social e o ideal do sistema capitalista neoliberal, exercem a força das estigmatizações que vão pressionando o sujeito na manutenção de sua situação, uma vez que, suas ações na relação com o outro, lhe gera uma resposta naturalizante. No relato de M6 pudemos observar esse jogo dialético:

M6: Morador 6: “A vez passada foi por causa da minha separação né? Que euu descí lá pra baixo, ganhei dinheiro trabalhando como autônomo, chegemo aqui em Curitiba com 2.500,00 reais, eu

peguei a casa e mobiliei a casa daí peguei uma empresa que terceirizava o serviço sabe. Aí devido já ter um histórico de drogas pra trás, não caiu o pagamento, atrasou o pagamento, aí minha ex mulher pensou que eu tinha usado todo o pagamento em drogas... só que eu não tinha. Aí eu falei liga lá pra ce vê, aí eu saí pra trabalhar de manhã cedo de volta, quando eu retornei pra casa de noite ela tinha feito a mudança de todos móveis... entendeu? Daí recaí de novo pra droga e daí eu fui pra rua. Daí ce sabe, na rua... bebida, a droga corre solta... aí acabei fazendo uma burrada e a polícia acabou pegando eu”.

A escolha de uma mudança é feita pela emoção da possibilidade real da saída da rua. Porém, para que esta possa acontecer, de acordo com Vidal (2007), Montero (2003) e Freire (1979) é necessário envolvimento e participação, bem como tomada de consciência crítica acerca de si e do que se pretende ser.

A participação, como já exposto, pode ser visto em exemplos como dos moradores de rua que fazem parte do movimento nacional para o morador de rua. O líder do movimento em Curitiba/PR, por exemplo, reinseriu-se na sociedade, obtendo seu espaço privado e autogerindo sua vida. Mas para àqueles que não participam da vida comunitária, a contradição entre o significado da reinserção social e a efetivação desta aparece no relato de sete dos nove moradores de rua que apontaram a caída na rua como uma escolha. Por exemplo, o morador 09 afirma que o trabalho é uma forma de reinserção social por trazer segurança e autoestima. Afirma sempre ter trabalhado, e mesmo sentindo-se reconhecido e orgulhoso da sua profissão de carpinteiro e gesseiro, está em situação de rua acerca de sete anos, entre saídas e recaídas. Ele fala da dificuldade da saída, colocando a decisão desta como uma questão de escolha:

M9: “Ah, na verdade não é só o trabalho nessa parte. Isso vai depender também da pessoa né. O morador de rua no caso né, pra ele poder reconquistar a família e um trabalho, vai ter que ter mais responsabilidade, procurar ele mesmo se auto se ajudar. Igual eu fiz, coloquei na cabeça que ia mudar e parei de usar tudo... E sem ajuda!!! Por isso que eu falo, muitas vezes eu até chamo de sem vergonhice, tem que ter um pouco de esforço. Claro não vou dizer que o cara ahhh vai parar de fumar, pode ter uma recaída um dia... mas procure focar... nossa chega final de ano aí ta cheio de nego chorando, falo ow cara a gente tem o ano inteiro pra batalhar...”

O morador 02 confirma essa idéia. Suas caídas na rua se dão de forma intermitente, e relata que desta última vez faz um ano que saiu de casa:

M 2: “aqui a gente tem a oportunidade para você mudar, mudar de vida, basta *querer*. É o que eu to fazendo. Só que tem gente que não quer, entendeu?”.

Essa escolha a que os sujeitos se referem advém da vivência de uma emoção que os impulsiona a decisão da mudança. Para Gonzáles Rey (2003, p. 245), “a emoção é o que define a disponibilidade dos recursos subjetivos do sujeito para atuar”. Uma vez que, como vimos em relatos acima, os sujeitos estão comprometidos com a rua, as emoções estão também inseridas neste contexto.

Se a emoção possibilita o agir, é possível que esse homem que modifica e é modificado pelo social, crie novos significados, pois, como afirma Aguiar e Ozella (2006, p. 226) “a atividade humana é sempre significada: o homem no agir humano, realiza uma atividade externa e uma interna, e ambas as situações... operam com significados”. Os autores completam esse pensamento citando Vigotski, o qual acreditava que o que o sujeito

internaliza não é o gesto ou ação, “mas a sua significação, que tem o poder de transformar o natural em cultural” (226). Temos então, que os conceitos e estigmas que chegam em forma de linguagem para o morador de rua, vem de frentes opostas (as crenças individuais do próprio sujeito e o discurso dos que representam a sociedade), mesmo que tenham a mesma fonte criadora: o capitalismo, o qual cria estigmas sociais pejorativos àqueles que não vendem sua força de trabalho.

O capitalismo entende como necessário que pessoas vivam em situação de extrema miséria por ser esta a origem da regulação do salário, assim eleva-se o nível de modernização tecnológica. Vale ressaltar que a educação não acompanha esse processo de modernização, ou seja, ao mesmo tempo em que solicita mão de obra especializada, não abre frentes de capacitação suficiente para absorver todas as pessoas.

5.5 Clientelismo

Montero (2003) acredita que para as políticas sociais atingirem maior eficácia e gerar desenvolvimento, é necessária uma cidadania forte, consciente e crítica; do contrário, o que se tende a predominar é o clientelismo e a dependência.

Apesar do ideal do SUAS ser o de possibilitar e incentivar o exercício da cidadania, percebeu-se que os entrevistados pouco sabem sobre esse conceito.

M2: “ó, pra mim cidadania é... um povo que se une né? Pra fazer um... pra fazer um trabalho. Como esse trabalho que ta fazendo o pessoal da rua aí. Esse pessoal da rua tem que dizer assim é... se quiser se movimentar tem dizer assim é... tem que se mexer, porque o governo mesmo não se mexe.”

M4: “Cidadania... Eu cara, considero como um lugar que todo mundo vive na harmonia, na paz, na alegria...”

Fica claro nos dois exemplos acima que os sujeitos reproduzem, da forma que conseguem, o discurso que ouvem acerca do conceito de cidadania.

Se como vimos no referencial teórico, cidadania está intimamente ligada com a participação e o exercício dos direitos, o que fica visível aqui, é que mesmo fazendo uso dos serviços sócio assistenciais, os entrevistados pouco sabem a respeito.

O que se pôde concluir a partir disto, é que, apesar de haver oficinas sócio-educativas que levam, inclusive o nome de “Cidadania”, o incentivo à participação e o sentimento de responsabilidade ética-política não são desenvolvidos. E, como já exposto, este sujeito que está naturalizado, passa a reproduzir o discurso vigente na cultura local, e assim, mantém-se do “lado de fora de si mesmo”, não percebendo suas reais necessidades e desejos. Assumindo assim o rótulo de pessoa à margem da sociedade, e de responsável pela sua situação. Corroborando então, com Montero (2003), percebemos fortemente um clientelismo e dependência, que podem ser observados no discurso do morador de rua 06:

P: “se você fosse o responsável pela construção de um programa pra tirar as pessoas dessa situação de vulnerabilidade, da situação de rua, pra ajudar na reinserção social, o que você faria de diferente?”

M 06: “Daí já é complicado. Deveria a pessoa mesmo largar mão da vida que ela leva né? Porque tem gente que não tem mais jeito né? Você pode ajudar a pessoa que ela não quer. Ela pega e vende tudo né? Ganha dinheiro, aqui tem alimentação, tem tudo, por que ela vai querer se submeter a um emprego? Se você tando trabalhando, vamos dizer, eu vou começar a trabalhar, vou ganhar na base de uns 30,00 reais por dia, qualquer morador de rua no manguinho aí pega 50,00, 60,00 real por dia. Ganha alimentação,

ganha onde dormir, tem a droga dele pra usar. Então tem que ver se ele vai querer se submeter a isso né?”

Para M4, participar dos serviços sócio-assistenciais o faz sair da invisibilidade, porém não percebe efetividade quanto à mudança em sua situação. Ele, assim como outros entrevistados afirmaram que a participação nos serviços depende de uma escolha, denotando esta imagem cristalizada de culpado pela sua situação. O serviço é bom, se eu não volto pra sociedade, a culpa é minha.

P: “Como você se sente ao participar dos serviços sócio-assistenciais?”

M3: “Me senti como que alguém ta me vendo né cara, não to transparente, alguém ta falando que eu tenho oportunidade né? Tenho chance?”

P: “Após a participação, mudou alguma coisa na sua vida?”

M3: “Pra falar a verdade não mudou muito não cara.”

P: “O que você pensa desses programas?”

M3: “Ah pra quem realmente mesmo quer insistir, eu acho que dá certo, vale a pena.”

CAPÍTULO 6: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS

É fácil trocar as palavras,
Difícil é interpretar os silêncios!
É fácil caminhar lado a lado,
Difícil é saber como se encontrar!
É fácil beijar o rosto,
Difícil é chegar no coração!
(Fernando Pessoa)

A partir do resultado da análise de dados da presente pesquisa, foi possível responder às questões levantadas inicialmente pela pesquisadora¹⁶.

A análise da questão acerca do sofrimento causado pela situação de rua ao longo do processo de pesquisa tornou-se tarefa difícil, uma vez que cada morador de rua entrevistado significa a caída na rua de forma individual, levando-se em conta a sua própria subjetividade que é mediada pelos seus conteúdos internos (história de vida, valores, emoções) e pelo discurso social que permeia seu entorno. O morador 05, por exemplo, verbalizou que ao sair para a vivência na rua ficou 01 ano em depressão, barbudo, sujo, não queria saber de nada, mas que atualmente (no momento da entrevista), estava bem e considerava “até bom ter vindo para a rua, pois aprendi coisas que jamais eu aprenderia” (morador 05). Outros entrevistados de forma semelhante, falaram da situação de rua como se não a vivenciassem, transferindo aos colegas de rua fatos que também lhes são peculiares, como exemplo, o uso da droga, a falta de trabalho, a falta de higiene por dias seguidos, o que denota uma forma de diferenciar-se do outro, protegendo sua identidade pessoal, não se identificando com a categoria população em situação de rua, fato que pode demonstrar o sofrimento causado pela vivência na rua e tornando, assim, esse sua situação mais aceitável.

Em relação à reinserção social, os moradores de rua verbalizam entender esta como o retorno ao convívio familiar, participando da vida em comunidade e autogerindo-se¹⁷ por

¹⁶ Expostas na Introdução desta pesquisa

meio do trabalho. Não obstante, percebeu-se que esta reinserção, apesar de ser possível e, como foi visto nos relatos, acontecer, não se mantém. Ou seja, o sujeito volta a manter contato familiar, insere-se no mercado de trabalho por curtos períodos, tornando a cair na rua.

Quando profissionais que trabalham dentro das políticas de assistência social expuseram suas emoções, ao falar que acreditam que programas de distribuição de renda sirvam apenas para manter a situação de vivência na rua, denotaram insatisfação por não saber o que fazer no sentido de auxiliar os moradores de rua a modificarem sua situação.

Importante é deixar claro que esses profissionais, tanto quanto os moradores de rua, estão sendo constituídos no desenrolar da história. A política de Assistência Social é recente frente à história dos excluídos e das estigmatizações que estes carregam. Sendo assim, é chegada a hora de iniciar-se uma mudança de paradigma.

A PNAS está aí, porém, é fato que nem todos os profissionais que trabalham com a população de rua a conhecem. Qual não foi meu espanto ao chegar a uma capacitação de orientações técnicas para quem trabalha com moradores de rua, e colegas, que diariamente lidam com esses sujeitos perguntaram se realmente existia essa Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Acredito que este fato demonstre o longo caminho que ainda temos a percorrer para realmente tornar os serviços sócio-assistenciais eficazes.

Quanto à efetividade para a reinserção social, sob a ótica do morador de rua, o que pôde ser concluído é que, somente quando este alcança um nível de consciência acima das necessidades básicas e se engaje em processos sociais que lhe estimulem a tomada da

¹⁷ Quando os moradores de rua fazem uso dos serviços sócio assistenciais do município, a gestão de recursos como alimentação, higiene e pernoite fica a cargo dos equipamentos públicos ou conveniados, uma vez que definem a forma de acesso e utilização (rotina). À medida em que reinserem-se na sociedade, há a necessidade de auto gerir sua rotina (horários, hábitos, etc.)

decisão por meio do sentido de importância da saída da rua, é que realmente haverá um resultado. Do contrário, o que foi observado é que os serviços oferecidos pelos programas são eficientes e acolhedores, oferecendo ao sujeito o que lhe é garantido na Constituição Federal de 1988: o direito de exercer a cidadania (encaminhamento para confecção de documentos), segurança de acolhimento, segurança alimentar e relacionamento social, uma vez que se vinculam com a instituição promotora dos programas, e passam a relacionar-se com esta (subjetividade da instituição, ou seja, crenças e valores da mesma), com os funcionários e outros usuários do serviço.

Se os serviços são eficientes e cumprem com o que está preconizado na política, onde então está a lacuna, que não o permite ser eficaz?

É fato notório que, apesar do trabalho em rede ser almejado tanto pelos trabalhadores do SUAS, quanto pelas políticas públicas, ele é ainda muito incipiente. As secretarias pouco mantêm diálogo entre si e, por vezes, procuram “passar a batata quente” para a outra secretaria. A secretaria de educação pouco ou quase nada se engaja no trabalho com moradores de rua. Há apenas um programa de alfabetização – o Paraná Alfabetizado, que conta com financiamento do Governo Federal através do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), desenvolvido através de educadores selecionados através de chamamento público.

Por meio da escuta, das observações, do levantamento bibliográfico e por fim da análise de dados, o que falta hoje é o olhar para o sujeito além das necessidades de alimentação, sono, higiene, convívio familiar e documentação. É olhar para o sujeito como alguém que traz em sua subjetividade valores que foram sendo constituídos ao longo de sua história.

É preciso que o profissional que atende esta população atue como mediador na superação da alienação. Ouvir o sujeito, propiciar espaço que lhe permita resgatar seus

valores e que possa desenvolver instrumentos psicológicos para se colocar na sociedade de forma autêntica, sabendo emitir suas ações e receber as reações sem que estas o choquem e o neutralizem, fazendo com que retorne à rua.

Evidente que é necessário que seja trabalhado a questão da dependência química, mas é necessário entender que, se focarmos apenas este aspecto, esquecemos do sujeito complexo que há por trás.

A partir do processo de conscientização, consciência histórica e compreensão do meio em que se vive, há a possibilidade de se construir o sentimento de pertença, o qual traz consigo o desenvolvimento de forças e capacidades individuais e afirmam o compromisso social.

Resumindo, concluiu-se que os programas sócio-assistenciais são eficientes no que tange a tirar o sujeito da rua, oferecendo-lhe uma vida digna, com alimentação, higiene e acolhimento, no entanto, pode gerar o clientelismo, uma vez que tais programas não se apresentam eficazes quando falamos em reinserção social por meio do trabalho e autogestão. Isto porque, atualmente, os programas oferecidos pela política de assistência social, no município de Curitiba, não tem por foco a preparação da subjetividade do sujeito para inserção no mercado de trabalho tal como este se apresenta hoje. Percebeu-se que, apesar dos programas trabalharem com o projeto de vida¹⁸, não alcançam o trabalho com a subjetividade.

Há ainda uma lacuna no acompanhamento técnico do sujeito que inicia uma atividade laboral e aluga um espaço privado. Este, como pôde ser observado ao longo da pesquisa, apresenta uma desestrutura no que tange a rotina diária necessária para

¹⁸ Projeto de Vida é o nome que os funcionários da FAS entrevistados, atribuíram ao plano de ação individual, onde constam o histórico e os combinados entre o morador de rua e a equipe. Estes combinados consistem em metas a se alcançar, como confecção de documentos, inserção em tratamentos de saúde, inserção em cursos de capacitação, procura de trabalho, dentre outros.

manutenção do trabalho e dos vínculos sociais. Sendo assim, ao reinserir-se seria necessário este acompanhamento inicial, a fim de auxiliá-lo na reestrutura subjetiva para novo modelo de vida ao qual este morador de rua está se propondo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já exposto, a concepção de assistência social como um direito ao cidadão ainda é muito recente, ao contrário da longa história de exclusão que alguns sujeitos sofrem. Se para uns estar na rua é uma questão de escolha, de romper com a obrigatoriedade de seguir regras, para outros é questão de saúde, e outros ainda consequência de atitudes tomadas ao longo da vida que culminaram na saída para a rua. Mesmo esta última é uma questão de escolha, diriam alguns. Sim, também foram escolhas ao longo de anos, feitas dentro do contexto social e econômico que circunda o entorno do sujeito, escolhas que às vezes parecem ser a única alternativa naquele momento, naquela circunstância e dentro das possibilidades individuais de cada um, escolhas quase nunca conscientes do resultado: viver na rua.

Muitos almejam reinserir-se na sociedade caminhando por si só, ou seja, dependendo do seu esforço pessoal. Para outros moradores de rua, o fato de sair dela, mantendo-se do auxílio financeiro e dos serviços governamentais, é o que lhes basta.

É neste contexto de diferentes desejos e possibilidades que a assistência social vem se concretizando. Por isso, para ser feita uma avaliação dos programas de reinserção social é preciso ter ciência do contexto ao qual estamos inseridos, como foi trabalhado no presente estudo.

No cenário atual, percebemos que fica para a assistência social uma demanda de saúde: dependentes químicos e pessoas portadoras de transtornos psiquiátricos. Porém, nas observações de campo e vivência diária de trabalho, é visível o despreparo dos profissionais do SUAS em relação a estas questões. Sendo assim, o que é reinserção social? Em muitos casos, a reinserção possível é sim a mantida pelo Estado, por meio de programas de distribuição de renda e a garantia das seguranças de acolhimento, alimentar e relacional. Por outro lado, há moradores de rua que podem desenvolver habilidades e

capacidades para autogestão por meio do trabalho, mas encontram-se naturalizando, percebendo-se como pessoas inaptas, à margem da sociedade e indigna para a reinserção, uma vez que da rua faça sua moradia.

É nesta pluralidade de subjetividades que precisamos trabalhar. Entendendo as diferenças e as similaridades. Buscando dentro do trabalho comunitário, incentivar a vivência da subjetividade individual e traçar um projeto de vida.

Mais do que tudo, é necessário que o trabalhador do SUAS entenda que o processo de reinserção social, não se constitui em fórmula matemática, tão pouco tempo definido para acontecer, pois dependerá de cada morador de rua, de sua identidade individual e de como vive a identidade social.

E assim, uma vez entendido o contexto em que nos encontramos inseridos (moradores de rua e trabalhadores do SUAS), podemos, com mais propriedade trabalhar juntos em busca da reinserção social possível, priorizando a vida humana digna.

Nossa história não estará pelo avesso assim

Sem final feliz

Teremos coisas bonitas pra contar

E até lá, vamos viver

Temos muito ainda por fazer

Não olhe pra traz, apenas começamos

O mundo começa agora

Apenas começamos...

(Perfeição, Legião Urbana)

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil (2010). Palácio Abre com Movimento de Moradores de Rua. Rede Brasil Atual. Obtido em <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2010/08/palacio-do-planalto-abre-com-movimento-de-moradores-de-rua> >. Acessado em 12/10/2010.
- Aguiar, W. M. J. e Ozella, S. (2006). *Núcleos de Significação como Instrumento para Apreensão da Constituição dos Sentidos*. Psicologia Ciência e Profissão, 26 [2], pp. 222-245.
- Almeida, D. A. C. (2011). Morador de Rua: da questão social para questão midiática. Revista de Comunicação e Cultura da Amazônia, 1, pp. 77-102. Recuperado em 25 de março de 2011. Obtido em <http://revistapuca.estacio.br/index.php/puca/article/view/95>
- Antonelli, D. (2012). *A difícil decisão de viver na rua*. Gazeta do Povo, Curitiba. Obtido em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1251558&tit=A-dificil-decisao-de-viver-nas-ruas>
- Azambuja, L. R. (2004). Os valores da economia solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas autogeridas. Monografia apresentada para conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais. Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado em 25 de março de 2011.

Obtido em <http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/viewArticle/8869>.

Azambuja, L. R. (2009). Os valores da economia solidária. *Revista Sociologia*. Porto Alegre, 11, pp. 282 – 317.

Bendassolli, P. F. (2000). Público, privado e o indivíduo no novo capitalismo. *Tempo social*. Ver. *Social USP*, 12, pp.203-236. Recuperado em 26 de mar de 2011. Obtido em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702000000200014&script=sci_arttext

Behring, E. R. (2006). Fundamentos de Política Social1. In: Mota, A. E. et AL (Orgs.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, pp. 13-39.

Bock, A.M.B. (1999). *Aventuras do Barão de Munchhausen na psicologia*. São Paulo: Cortez: EDUC.

Bonin, L. F. R. (1998). Indivíduo, cultura e sociedade. Em Strey, M. N. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes. pp.58-72.

Brasil (2009). Constituição Federal do Brasil – atual. Até a Emenda Constitucional nº 57 de 18/12/2008. São Paulo: Escala.

Brasil (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário

Executivo. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: MDS.

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretariade-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/pesquisas>>. Acesso em: 31 out. 2008.

Brasil/MDS (2005). Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS. Brasília, jul.

Brasília (2011). *Suas e população em situação de rua*. Volume 3. Brasília: Gráfica e Editora Brasil (Ltda).

Bursztyn, M. (2001). No meio da Rua – Nômades, excluídos e viradores. *Jornal dos Economistas do Corecon*, 16. Resgatado em 11 de fevereiro de 2011. Obtido em http://www.corecondr.org.br/download/brasil/artigo_marcel_burszytin.pdf

Campos, T. N., Del Prette, A. A. P. & Del Prette, A. (2000) (Sobre)vivendo nas ruas: habilidades sociais e valores de crianças e adolescentes. *Psicologia e crítica*, 13, pp. 517 – 527. Recuperado em 26 de mar de 2011. Obtido em <http://www.doaj.org/doaj?func=abstract&id=31858>

Castel, R. (1998). *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. (4ª ed). Rio de Janeiro, RJ: Vozes.

Castro Loureiro, B. R., & Ribeiro, D. C. (2011). Política social neoliberal: expressão da necessária relação estado/capital em tempos de crise estrutural do capital. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 16(1), 292-308

Catão, M. F. F. M.; Trindade, H. C. M. (1998). *Trabalho, Inserção Social e Realização Profissional*. Recuperado em 01 de abr de 2011. Obtido em

http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART351.pdf

CRESS/PR (2012). *Paraná terá Centro de Defesa da População em Situação de Rua*.

Obtido em <http://www.cresspr.org.br/?s=morador+de+rua&x=0&y=0>

Cruz, N. M. (2001). Inclusão e Exclusão na Nova Capital. *Revista brasiliense de pós-*

graduação em ciências sociais, Ano V. UNB. pp. 79-97. Recuperado em 26 de mar de

2011.

Obtido

em

http://vsites.unb.br/ics/sol/itinerancias/bsb/urbanistico/inclusao_exclusao.pdf

Cruz, L. R. e Guareschi, N. (2010) *Políticas Públicas e Assistência Social – diálogo com*

as práticas psicológicas. Editora Vozes, 2ª ed.

Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). A identidade em psicologia social: dos

processos identitários às representações sociais. *Petrópolis: Vozes*.

Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População

em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento,

e dá outras providências. Obtido em 15 de dez de 2010, de

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

Demo, P. (1994). *Participação é conquista*. 4.ed. São Paulo: Cortez, E.C.A. – Criança e

Adolescente. (2001): *Prioridade Absoluta*. Política Estadual de Defesa da Criança e do

Adolescente no Estado do Paraná – CEDCA. Curitiba.

Estanque, E. (2009). Trabalho, desigualdades e sindicalismo em Portugal. *Relaciones*

Laborales y Acción Sindical. Relaciones Laborales Transfronterizas, Portugal-España.

Valladolid/Granada: Instituto de Estudios Europeos, 127-150.

FAS (2009). *Rede Solidária para o Morador de Rua. Curitiba.* Curitiba: PMC. Dado

Bruto.

Falarua.com (2012). Resgatado em 11/11/2012. Obtido em:

http://www.falarua.org/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=80.

Freire, P. (1979). Alfabetização e Conscientização. Em Freire, P. (Tradução de Kátia

Mello e Silva; revisão de Cintra, B. E. L.) *Conscientização: teoria e prática da*

libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez &

Moraes, pp 15 – 30. Recuperado em 24/01/2011. Obtido em

http://www.4shared.com/document/0Eyu2-eT/Paulo_Freire_-_Conscientizao.html.

Góis, Cezar Wagner de Lima. "Psicologia comunitária-doi: 10.5102/ucs.v1i2.

511." *Universitas: Ciências da Saúde* 1.2 (2008): 277-297.

Gonçalves, M. G. M. (2010) *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas.* São Paulo:

Cortez.

González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia.* São Paulo: Pioneira

Thomson Learning.

González Rey, F. L. (2003). *Sujeito e subjetividade.* São Paulo: Thomsom.

- González Rey, F. L. (2004). *O social na psicologia e a psicologia no social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes.
- González Rey, f. L. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- Guia MDS (2010). *Direitos do Morador de rua – um guia na luta pela dignidade e cidadania*. FUNEO – Fundo Especial do Ministério Público.
- Höfling, E. D. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, 21(55), 30-41.
- Jardim, M. (2003). Inclusão social é trabalho coletivo: resgate da dignidade e da auto-estima de moradores em um bairro popular da cidade de São Carlos – SP. In UFMG, EMG, CEFET-MG, PUC-MG e Centro Universitário Newton Paiva (org). *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte. Recuperado em 11 de abr de 2011. Obtido em <http://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos29.pdf>
- Maciel, V. R. A (2003). Metodologia da História Oral Junto aos Mendigos do Centro de Fortaleza. In: *O Público e o Privado*. Nº 2, pp. 63 - 70 – julho/dezembro.
- Marcílio, M.L. (1998) *A lenta construção dos direitos da criança brasileira*. Século XX-Tese. Instrumentos Internacionais e Nacionais de Defesa e Proteção dos Direitos da Criança. Rev USP, 37 pp. 46 - 57.
- Marshall, T. H. (1976). *Cittadinanza e classe sociale*. Torino: UTET.
- Martín-Baró, Ignacio (1983). *Acción y Ideología: Psicología Social desde Centroamérica*, San Salvador, UCA Editores.

- Mendonça, G. C. (2006). Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP.
- Montaño, C e Duriguetto, M. L. (2010). Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez.
- Montero, M. (2003). *Teoria y Práctica de Psicología Comunitária. La tensión entre Comunidade y sociedade*. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2004). Introducción a la psicología comunitária. Desarrollo, conceptos y processos. Editorial Paidós. Buenos Aires.
- Montero, Maritza (2008). Introducción a la psicología comunitária: Desarrollo, conceptos y procesos. 1ª. Ed. Buenos Aires: Paidós.
- Newman, F. & Holzman, L. (2002). *Lev Vygotsky: cientista revolucionário*. São Paulo: Loyola.
- Paludo, S. S; Koller, S. H. (2008). Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia & Sociedade*, 20, pp. 42-52. Recuperado em 08 de fevereiro de 2011. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a05v20n1.pdf>
- Pichon-Rivière, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- Pontes Junior, F. (1993) *Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo:

Malheiros.

Pousa Junior, E. F. (2011). *Políticas públicas para inclusão social dos moradores em situação de rua. Um resgate por cidadania*. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2778.

Disponível em:<<http://jus.com.br/revista/texto/18448>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

Prado Junior., C. (1994) *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense,

23ª edição.

CURITIBA, PREFEITURA MUNICIPAL. Recuperado em 04 de junho de 2011.

Obtido em <http://fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx>.

Raichelis, R. (2006). *Gestão pública e a questão social na grande cidade*. Lua Nova, São

Paulo, 69, pp. 13 – 48. Recuperado em: 01 maio de 2011. Obtido em

<http://www.scielo.br/pdf/ln/n69/a03n69.pdf>

Sachs, I. (2003) *Inclusão Social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho*

Decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond.

Sandoval, S. (1994). Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência

política no Brasil. *A cidadania em construção: Uma reflexão interdisciplinar*, 59-74.

Sandoval, S. (2000). O que há de novo na psicologia norte americana? Em Campos, R. H.

F. & Guareschi, P (org). *Paradigmas em Psicologia Social, a perspectiva Latino-americana*. Petrópolis: Vozes.

SENAD (2012). *Tratamento, Reinserção Social, Definição*. Resgatado em: 14/11/2012.

Obtido em:

http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11437&ras tro=TRATAMENTO%2FReinser%C3%A7%C3%A3o+Social/Defini%C3%A7%C3%A3o .

Silva, M. L. L. (2006). Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno

População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade de Brasília.

Singer, P. (2003). A cidadania para todos. In Pinsky, J; Pinsky, C. B (Org.) *História da cidadania*. São Paulo: context. p. 191 - 263.

Sposati, A. (2002). “Regulação Social Tardía: Características das Políticas Sociais Latino-Americanas na Passagem entre o segundo e Tercero Milenio”. *Socialis Reflexiones Lationoamericanas Sobre Política Social*. Rosário/Argentina: septiembre. v. 1 pp. 51 – 68

Souza, C. (2006) Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16, pp. 20-45.

Teixeira, F. J. S. (1999). O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. *Crítica marxista*, (10).

Teixeira, E. C. (2002). O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR-BA), Salvador*.

Tiriba, L. (1997). O Trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da

- economia informal. *Revista Proposta: economia solidária e autogestão*, 97, pp. 20-32.
- Valencio, N. F. L. da S., Pavan, B. C., Siena. M, Marchezini, V. (2008). Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605.
- Varanda W., Adorno R. C. F. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, pp. 810 – 814. Resgatado em 05 de março de 2011. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41nspe/v41nspea11.pdf>.
- Vianna, M. (2008). A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica. *Praia Vermelha, Estudo de política e teoria social*. Rio de Janeiro, 18(1), p.120-144 jan/jun
- Vidal, A. S. (2007). *Manual de Psicologia Comunitária*. Barcelona: Psicologia Pirâmide.
- Vieira, Evaldo. *Democracia e Política Social*. Cortez Editora/Autores Associados, São Paulo, 1992.
- Vigotski. L.S. (1993). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1994) *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. (5 ed.) São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Walty, I. L. C. (2003) Violência: objeto de troca. *ALEA: Estudos Neolatinos*. 05 pp. 83-94. Resgatado em 03 de março de 2011. Obtido em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-06X2003000100007.

Wellen, H. A. R. (2008) Contribuição à crítica da ‘economia solidária.’ *Revista Katálysis*,

11, pp. 105-115. Resgatado em 11 de fevereiro de 2011. Obtido em

<http://journal.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/4761>.

Zazula Beatriz, M. (2007) *Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Zincone, G. (1992). *Da sudditti a cittadini*. Bologna: Il Mulino.

ANEXOS

ANEXO 01

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de um estudo intitulado “**Inserção Social: Avaliação das Políticas Municipais sob o Olhar Crítico do Morador de Rua**“, que tem por objetivo “Avaliar os programas de inserção social disponibilizados pelas políticas municipais, sob olhar crítico do morador de rua” de autoria da mestrande Silvia Helena Brandt. As atividades desenvolvidas serão entrevistas semi-estruturadas individuais, e 01 grupo focal a serem realizados na Casa João Dorvalino Borba.

A Silvia Helena Brandt é aluna do Mestrado em Psicologia Social Comunitária da Universidade Tuiuti do Paraná responsável pela pesquisa e poderá ser encontrada no telefone (41) 9942-6925. Sua orientadora é a professora Dr. Marilene Zazula Beatriz docente do Mestrado em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná.

Para podermos realizar a Pesquisa “**Inserção Social: Avaliação das Políticas Municipais sob o Olhar Crítico do Morador de Rua**” precisamos de sua colaboração autorizando a coleta de dados.

Você poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem que isto lhe acarrete qualquer tipo de prejuízo. Garantimos que não haverá consequências danosas por sua participação na pesquisa.

Garantimos o total sigilo aos dados aqui obtidos assegurando que o tratamento dos mesmos será realizado dentro dos princípios éticos que regem os procedimentos em pesquisa. As informações aqui obtidas serão utilizadas apenas para publicações científicas.

Antecipadamente agradecemos a sua valorosa colaboração que contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento nesta área e sem a qual este estudo não poderia ser realizado

Eu, _____, autorizo a coleta de dados desta pesquisa e compreendo que poderei interromper a minha autorização a qualquer momento.

Data: _____

ANEXO 02

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Bloco 1: Historia de Vida

- 1 – Naturalidade – município em que nasceu
- 2 – Possui documentos? Quais?
- 3 – Fale-me sobre sua vida, o que você lembra desde que nasceu?
- 4 – Há quanto tempo está em situação de rua?
- 5 – Tem contato com familiares que vivem fora da rua?
- 6 – Quando ocorreu o último contato com sua família fora da rua?
- 7 – Participa de algum grupo ou movimento social? (Movimento Nacional da População de rua; Grupo Religioso; Grupo de Auto Ajuda; Grupo Esportivo; Grupo Cultural, etc.)
- 8 – Qual você considera ter sido o motivo da caída na rua?
- 9 – Com quem você convive na rua? (amigos, parentes, etc)

Bloco 2 - Trabalho

- 1 – Fale-me da sua experiência profissional.
- 2 – Trabalha ou trabalhou no mercado formal?
- 3 – Trabalha ou trabalhou no mercado informal?
- 4 – Até que série você estudou?

5 – Considera que o seu nível de escolarização dificulte sua inserção produtiva?

6 – O que o trabalho significa para você?

7 – Considera que o trabalho seja parte essencial da inserção social?

8 – Qual o significado de cidadania para você?

Bloco 3 – Utilização dos Serviços Sócio Assistenciais:

1 – Você faz uso dos serviços sócio-assistenciais disponibilizados pelas políticas municipais? (Instituições de Acolhimento; Conselho Tutelar; Igrejas; Ongs; Centro de Referência Especializado - Resgate Social; Comunidades Terapêuticas; etc)

2 – Quando solicita auxílio a alguma instituição, qual o motivo? (alimentação; falta de recursos financeiros; trabalho; por calamidades climáticas; higiene pessoal/vestimenta; uso de álcool; outro)

3 – Você conhece os programas para inserção social que o município oferece?

4 – Já foi convidado a participar?

5 – Se sim ou se não, como se sentiu em qualquer uma das hipóteses?

6 – Se já participou, o que achou do conteúdo oferecido?

7 – Após a participação, algo mudou na sua vida?

8 – O que você pensa desses programas?

9 – Se você fosse o responsável pela construção de programas para inserção social, quais sugestões você daria?

ANEXO 03

**Discurso do representante do MNPR na inauguração do Centro POP Portão
em 04/12/2012**

Gentilmente cedido à pesquisadora.